



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# 4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO 29 - Nº 544 - DE 18 DE JUNHO A 2 DE JULHO DE 2017 - R\$ 4,00

## **TSE inocenta o bandido Temer**



**Por um TRIBUNAL POPULAR que julgue e puna os crimes da burguesia!**

---

**O Congresso Nacional avança a reforma trabalhista e negocia a reforma da previdência**

---

**Toda força à greve geral de 30 de junho!  
Por uma greve geral por tempo indeterminado!  
Abaixo as reformas antinacional e antipopular!  
Abaixo o governo burguês, golpista e corrupto!  
Por um governo operário e camponês**

## Toda força à greve geral

O governo golpista levantou o queixo. O TSE deu-lhe sobrevida. O PSDB decidiu por se manter na base aliada. Há ainda graves denúncias contra Temer e a quadrilha do PMDB. Se ainda permanece de pé, é porque o capital financeiro o escora. O Congresso Nacional tem motivos de sobra para empurrar para frente o tempo que resta ao governo. E principalmente a trégua dada aos golpistas pelas centrais depois da greve geral de 28 de abril ajudou a manter o governo e a retrair a pressão das massas sobre o Congresso Nacional.

Não há dúvida de que o clima de paz em que o TSE julgou Temer pesou na decisão dos juizes. Mais precisamente, permitiu ao governo e seus sequazes aprumarem a cabeça. Clareou, portanto, o prognóstico de que dificilmente Temer seria afastado pelas forças que promoveram o impeachment. O TSE, STF e Congresso estão profundamente permeados pelos partidos que derrubaram Dilma Rousseff. O Ministério Público Federal sofreu um duro revés, que pode frear o ímpeto da ofensiva contra Temer e poderosos caciques da política burguesa.

Tudo indica que as próximas semanas decidirão a sorte final do governo. Caso o bombardeio da Procuradoria-Geral da República não arrebe a blindagem montada no Congresso Nacional, Temer atravessará a tormenta provocada pelas provas materiais apresentadas pela JBS. Essa é variante mais provável do desfecho da crise. O que não significa estabilizar a governabilidade e não enfrentar novas turbulências. A crise política não será superada pelos artifícios de poder.

Os explorados estão cem por cento contra as reformas. E esse é o principal obstáculo do governo golpista. O próprio Temer se defendeu sob o argumento de que o que está em jogo são as reformas da previdência e trabalhista. Esses dois pilares serviram para montar o governo e para mantê-lo em meio a uma crise política muito mais avançada que a que atingiu o governo petista. Se não houvesse uma ampla e granítica unidade da burguesia, apoiada nas exigências do imperialismo, Temer poderia ter sido descartado sem grandes conflitos. Nem mesmo o governo de Sarney foi tão frágil e decomposto como o de Temer.

Acima de tudo está a decisão de impor as reformas antinacional e antipopular. A orientação é a de cumprir o máximo possível as metas definidas pelo governo que não dependem de compromissos eleitorais e assim deixar o terreno aplainado para o sucessor que terá de ser eleito em 2018. Enquanto a atenção se concentra nos escândalos envolvendo Temer, avança o projeto de reforma trabalhista e se negocia

uma via para superar os obstáculos à aprovação da reforma da previdência.

O governo deu um passo na quebra de sua inflexibilidade, abrindo uma porta para negociar com a burocracia sindical. Temer recebeu o burocrata-mor da UGT, que saiu da reunião otimista com a possibilidade de o governo apresentar algumas medidas provisórias para ajustar o projeto ao gosto das direções sindicais conciliadoras e traidoras. Certamente, alguns dos influentes parlamentares mostraram a Temer que a situação exige a abertura de alguma válvula de escape. Se essa manobra avançar, a greve geral poderá ficar comprometida.

O que mais aguarda a burocracia da CUT é um aceno do governo para abrir uma mesa de negociação. O chamado a UGT provavelmente estabelecerá uma ponte com a Força Sindical. Não é difícil provocar uma cisão na frente burocrática que dirigiu a greve geral de abril e a manifestação de Brasília de maio. Como não é difícil engatar a marcha ré na CUT, se os parlamentares do PT abrirem caminho para negociatas no Congresso Nacional.

A greve geral foi marcada para 30 de junho, data que coincide com a previsão de votação final da reforma trabalhista. É preciso acelerar a sua organização. Fortalecer os comitês existentes e constituir outros. Os organismos de base são a garantia do cumprimento das tarefas e da realização de uma poderosa greve geral.

***A greve geral foi marcada para 30 de junho, data que coincide com a previsão de votação final da reforma trabalhista.***

***É preciso acelerar a sua organização. Fortalecer os comitês existentes e constituir outros. Os organismos de base são a garantia do cumprimento das tarefas e da realização de uma poderosa greve geral.***

das tarefas e da realização de uma poderosa greve geral. O governo está convencido de que não haverá um movimento maior e mais forte que o de 28 de abril. Um retrocesso na luta das massas é o que Temer mais precisa para se firmar e terminar seu governo.

Está claro, por outro lado, que a derrubada das reformas depende de uma greve geral mais ampla, massiva, combativa e por tempo indeterminado. Sabemos que a burocracia retardou o quanto pôde a sua convocação. O que causou descontinuidade da luta e desconfiança nas fábricas sobre a seriedade das direções sindicais. É preciso reverter essa desvantagem com uma greve geral que pare todas as grandes cidades e que os explorados ganhem as ruas, tendo a classe operária à sua frente. O objetivo imediato é derrubar e enterrar as reformas.

A derrocada do plano Meirelles será a derrocada do governo golpista. A bandeira de eleições presidenciais não faz senão desviar o combate contra as reformas. A classe operária deve, sem dúvida, se colocar diante da crise de poder da burguesia, mas não para reorganizá-lo por meio de um novo governo burguês. Deve se colocar sob a estratégia do governo operário e camponês e do programa da revolução social.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.  
CAIXA POSTAL N° 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – [www.pormassas.org](http://www.pormassas.org)**

# Burocracia se rende à reforma trabalhista

O Senado já aprovou na Comissão de Assuntos Econômicos o texto do relator, o PLC 38 (reforma trabalhista) e rejeitou todas as emendas. Há possibilidade dessa reforma ir ao plenário entre os dias 20 e 23 de junho. A reforma trabalhista tem como um dos pontos essenciais facilitar as demissões.

## 1. Estabelece mecanismos para as rescisões contratuais

A reforma trabalhista institui: a) acaba com a obrigatoriedade da rescisão de contrato de mais de um ano que era feita pelo sindicato ou Ministério do Trabalho; b) acaba com o ponto que garantia a assistência jurídica na rescisão contratual que era feita sem ônus para o trabalhador e empregador; c) elimina a obrigação do pagamento de verbas rescisórias no momento da rescisão do contrato de trabalho.

Como se vê, o trabalhador, que já é penalizado com a demissão, terá maior dificuldade para recorrer dos valores pagos pela rescisão, porque terá de arcar com os custos do processo trabalhista.

## 2. Retira as negociações sindicais em torno às demissões “imotivadas”

Por lei, as demissões, principalmente as coletivas, dependem de negociações com os sindicatos. Por meio da reforma trabalhista, tanto as individuais, quanto as coletivas, não mais necessitarão da consulta às direções sindicais. Embora tais direções estejam há muito tempo assinando acordos de demissão, o fato é que a reforma está abolindo até mesmo as negociações das burocracias sindicais em torno de redução do número de demitidos, ou alguma vantagem no ato da demissão.

A reforma trabalhista quebra um dos princípios fundamentais do sindicalismo classista, que é a defesa da força de trabalho e o poder de impedir as demissões. A política de conciliação de classes da burocracia sindical se tornou desnecessária diante da crise estrutural do capitalismo. Para a burguesia, é preciso ir mais fundo contra a possibilidade de retomada do sindicalismo de luta de classes.

## 3. Cria o “comum acordo” para a rescisão do contrato entre trabalhador e capitalista

Esse é um brutal ataque ao trabalhador demitido. Mediante a pressão patronal, individualmente, o assalariado acaba renunciando a alguns direitos e valores da rescisão do contrato. A reforma trabalhista prevê pelo “comum acordo” o pagamento de metade do aviso prévio. A perda de 50% em algumas verbas rescisórias e a redução do valor. Ainda mais, retira do trabalhador demitido o direito ao seguro-desemprego.

Esses aspectos que denunciamos acima são suficientes para um levante generalizado da classe operária e demais explorados. Mas não é o que ocorre. As centrais e os sindicatos se limitaram a denunciar passivamente algumas medidas

contidas na reforma trabalhista. Elegeram como prioridade a reforma da previdência para fazer a greve geral de 28 de abril. E o indicativo de greve geral de 30 de junho. Tudo indica que a burocracia sindical considera a reforma trabalhista perdida. Não se colocam por derrubá-la. E que a reforma da previdência, devido às divergências no próprio aparato do Estado, tem possibilidade de ser negociada. Também não está pela sua derrubada integral. Ocultam que é parte da reforma da previdência. E que, por meio da trabalhista, os capitalistas se livrarão de boa parte dos encargos sociais previdenciários e os trabalhadores terão extrema dificuldade de alcançar a aposentadoria.

O texto aprovado possibilita a prevalência do “acordado sobre o legislado”, o fim da contribuição sindical obrigatória e da ajuda do sindicato na rescisão trabalhista, e a regulamentação do teletrabalho, com prestação de serviços fora das dependências do empregador.

A reforma trabalhista também permite a extinção do contrato de trabalho por acordo entre empregado e empregador, o que dará direito ao recebimento de metade do aviso prévio e da indenização sobre o saldo do FGTS; revoga o artigo da CLT que condiciona a validade da rescisão do contrato de trabalho à homologação do sindicato ou da autoridade do Ministério do Trabalho; e acaba com a obrigação de a empresa pagar ao trabalhador a chamada hora in itinere, ou seja, o tempo despendido pelo empregado desde a sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho e para o seu retorno, com transporte fornecido pelo empregador, entre outros pontos.

O parecer promove a maior alteração à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) desde a sua criação, pelo Decreto-Lei 5.452/1943. Segundo a senadora Fátima Bezerra (PT-RN), são alterados 97 artigos e 320 dispositivos da CLT, cinco artigos e 13 dispositivos da Lei do Trabalho Temporário (Lei 6.019/1974) e um dispositivo da Lei do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), além de cinco dispositivos da Lei 8.212/1991, o regime jurídico dos servidores públicos.

## Sugestões de vetos

Ricardo Ferraço decidiu não modificar o texto para que o mesmo não retornasse à Câmara. Como justificou na sessão de discussão da matéria, no último dia 31, preferiu evitar o risco de que pontos polêmicos fossem alterados no Senado, mas fossem ignorados pelos deputados, que manteriam o texto elaborado anteriormente. Ele preferiu firmar um acordo com o Palácio do Planalto para vetar temas polêmicos e que merecem mais estudos e debates, em sua opinião. A ideia é que pontos como o trabalho intermitente, a jornada de 12 horas de trabalho por 36 de descanso e a permissão para que grávidas e lactantes trabalhem em ambientes insalubres sejam regulamentados por projeto de lei ou medida provisória.

**A reforma trabalhista quebra um dos princípios fundamentais do sindicalismo classista, que é a defesa da força de trabalho e o poder de impedir as demissões. A política de conciliação de classes da burocracia sindical se tornou desnecessária diante da crise estrutural do capitalismo. Para a burguesia, é preciso ir mais fundo contra a possibilidade de retomada do sindicalismo de luta de classes.**

## Burocracias: um pé na greve e dois nas negociatas

Segundo as direções das centrais sindicais, reunidas no dia 7 de junho, os sindicatos e movimentos iniciaram os preparativos para o dia 20 de junho, chamado de “esquenta da greve geral” e para o dia da greve nacional. A orientação é de que pela manhã seja um dia de “assembleias, panfletagens e agitação nas fábricas, locais de trabalho e pontos de concentração e circulação de pessoas, como metrô, terminais rodoviários, etc. Na parte da tarde, a orientação é a realização de atividades culturais contra as reformas e pelo Fora Temer. Em São Paulo, por exemplo, a proposta é realizar o ‘Arraial contra as Reformas’”.

O que temos visto, até agora, são atos-shows convocados por agrupamentos que se dizem apolíticos ou pelo PT e seus seguidores, sob a bandeira das “Diretas Já! e do “Fora Temer”, a exemplo do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Bahia. Está previsto, também, em Belo Horizonte, no período de realização do 55º Congresso da UNE.

Os comitês de luta criados por ocasião da greve geral de abril estão retomando suas reuniões, principalmente aqueles que são impulsionados pelas correntes de esquerda. A exemplo do Comitê de Santo André. Em São Paulo, os sindicatos vinculados ao funcionalismo não convocaram assembleias. No caso da Apeoesp, a burocracia acata a decisão das centrais, mas alega que o dia 30 de junho o professorado estará de férias.

A burocracia da Força Sindical realizou seu 8º Congresso, levou o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira (PSDB), que foi recebido com vaias dos delegados, mas rapidamente contidas pelos burocratas que comandavam a mesa. Em seguida, o ministro foi elogiado por Paulinho, que o considerou um “aliado dos trabalhadores que está ajudando a escrever a Medida Provisória para restituir os direitos dos trabalhadores que serão retirados com a reforma trabalhista”. Assim, já considera a reforma trabalhista página virada e negocia a Medida Provisória, que está prevista no acordo com o relator dessa reforma. O deputado federal Paulinho da Força, que dirigiu o Congresso da Força, não está pela derrubada da reforma da previdência, ao contrário é um proponente das emendas. Portanto, a burocracia realizou um Congresso na contramão da organização da

greve geral, embora assine a convocatória da greve.

Depois de participar do Congresso da Força Sindical, o presidente da central UGT, Ricardo Patah, foi encontrar com o golpista Temer para tratar da Medida Provisória, que viria após a aprovação da reforma trabalhista. Saiu da reunião dizendo que a MP pode corrigir “alguns dos efeitos que esse projeto poderá trazer”. Entre elas, citou a homologação da rescisão por meio dos sindicatos, a eleição de trabalhadores nas empresas para as negociações com o patronato sem a participação dos sindicatos, o “comum acordo” entre o trabalhador e o patrão e o trabalho intermitente. Disse que não tratou diretamente do fim do imposto sindical, mas completou afirmando que não é possível extingui-lo de repente. O burocrata saiu do encontro convencido de que Temer se sensibilizou. Como se vê, a UGT, que convoca a greve geral para o dia 30, está em pleno vapor metida nas negociatas em torno da reforma trabalhista.

A CUT, que também participou do Congresso da Força Sindical, está mais cautelosa em relação às negociações com os golpistas. O seu principal ancoradouro, o sindicato metalúrgico do ABC, iniciou os preparativos para o “esquenta”, com a distribuição da Tribuna Metalúrgica especial na porta das fábricas, contendo explicações sobre as reformas trabalhista e previdenciária, convocando para o ato no dia 20 na Praça da Sé e anunciando a greve geral do 30 de junho.

Essas manobras das burocracias e o fato de Temer admitir negociar algumas emendas, a serem posteriormente adotadas por meio de Medidas Provisórias, indicam a sabotagem à greve geral. Está claro que a Força Sindical, principalmente, está usando o movimento para se reaproximar do governo e ser reconhecida como interlocutora. A CUT, por sua vez, está presa à política do PT de usar o movimento para sua campanha em torno das eleições diretas. Essas variantes da política burocrática se opõem à realização de uma poderosa greve geral pela derrubada das reformas da previdência e trabalhista. É preciso impulsionar os comitês de base e a política independente da classe operária para determinar um curso distinto do traçado pela burocracia petista e forcionista.

### Comitê do ABC contra as reformas de Temer

## Reunião aprova o calendário de mobilização para a greve geral

No dia 11/06, em São Bernardo do Campo, o Comitê contra as reformas da previdência e trabalhista se reuniu para discutir a preparação de 20 de junho, chamado pelas Centrais sindicais como o novo dia do “esquenta” para a greve geral de 30 de junho. Compareceram mais de 30 militantes de várias organizações (Conlutas, Intersindical, Espaço Socialista, MRT, POR, PSOL, PSTU, POM e coletivo LGBT PRISMA da UFABC. Esse comitê foi criado anteriormente para impulsionar a greve geral de 28 de abril. Retomou agora suas atividades em função da organização das mobilizações do final de junho.

Na reunião de preparação, houve um ponto de avaliação da situação política. Nos pronunciamentos, havia um acordo

geral entre correntes de que a crise política se aprofundou e que a greve geral tem de ser impulsionada. Havia unanimidade no balanço da vitória da greve geral de abril e da marcha a Brasília. E que era fundamental aprovar um calendário de mobilização para a região para agitar o dia 20 e potencializar a greve geral. Algumas correntes, como PSOL e PSTU, avaliaram que o governo perdeu forças para aprovar as reformas da previdência e trabalhista. O PSTU foi mais longe dizendo que o governo não tem votos para aprovar a reforma da previdência devido à instabilidade governamental e Temer se mantém porque não há um candidato para colocar no seu lugar. Criticou o PT, denunciando que negocia as eleições indiretas, que visa

às eleições diretas de 2018, por isso não investe nas lutas para derrubar as reformas. A intervenção do POR foi no sentido de caracterizar o governo como golpista e corrupto. Um governo que nasceu do golpe é de ditadura civil. Que a política da burguesia é a de aprovar as reformas antinacional e antipopular. Criticou a burocracia sindical que se adapta às manobras do Congresso Nacional. Destacou que os explorados se mantêm com disposição de luta para derrubar as reformas da previdência e trabalhista. Mas estão à mercê da política das burocracias sindicais. E que é necessário levantar as bandeiras contra as reformas, contra o governo golpista e corrupto de Temer e o imperialismo. Trabalhar para potencializar a greve geral, exigindo a convocação de assembleias, constituindo os comitês de base, unitários e de frente única. Outros agrupamentos políticos fizeram pronunciamentos em favor da greve e criticando a passividade das burocracias sindicais.

A reunião do Comitê aprovou um plano de mobilização nos dias 19, 20 e 21 de junho, com panfletagens. E também um boletim para a convocação da greve geral.

## Por que o POR não assinou o Boletim

Reproduzimos abaixo algumas passagens do boletim de caracterização do governo Temer que impediram que o POR o assinasse.

“Esse governo e o Congresso não têm legitimidade para nos atacar” (...) “Os últimos escândalos de corrupção trazidos à tona pela Lava Jato mostraram que esse Congresso Nacional e Temer estão nos bolsos de grandes empresas como a Odebrecht e a JBS. Eles não têm qualquer legitimidade para seguir governando, muito menos para acabar com nossa aposentadoria e direitos trabalhistas”. (...) “A burguesia vem chegando à conclusão que

Temer não consegue mais impor as reformas devido à crise em que se meteu. Eles tentam fazer um grande acordo junto aos partidos corruptos para colocar outro nome lá e continuar tocando as reformas”.

A caracterização de “legitimidade” ou “ilegitimidade”, no âmbito da democracia formal, é burguesa. A classe operária, por sua política de classe, não reconhece a legitimidade de qualquer governo que expressa os interesses dos capitalistas em impor medidas antinacionais e antipopulares. Lula e Dilma foram eleitos, contaram com o apoio popular e fizeram reformas de acordo com as necessidades da burguesia, a exemplo da própria reforma da previdência. Neste caso, o governo seria “legítimo”? Outro ponto equivocado diz respeito à avaliação de que o governo não “consegue mais impor as reformas” e que por isso se faz um acordo para colocar nome. Dessa explicação se deduz que a resposta é a de convocação de eleições presidenciais.

O Boletim de convocação deveria tão somente convocar os trabalhadores e a juventude para derrubar e enterrar as reformas da previdência e trabalhista. Uma poderosa greve geral contra as reformas se choca não só contra o governo, mas contra a burguesia e o imperialismo. É por essa via que a classe operária comparece como força capaz de pôr abaixo o governo golpista. A via das eleições presidenciais não passa de uma variante que surge da própria crise política e que tem por finalidade reorganizar o poder da burguesia, extremamente debilitado pelas dificuldades de governabilidade.

Está aí por que o POR não assinou o Boletim, sem, contudo, deixar de impulsionar o calendário aprovado no Comitê e fortalecer a frente única de ação contra o governo golpista e suas reformas.

## Paraíba: Burocracia sindical toma iniciativa de acabar com o comitê de luta contra as reformas

Composto por todas as centrais sindicais e organizações de esquerda presentes na cidade, o Comitê foi constituído como uma frente de luta contra os ataques proferidos pelo governo Temer, a partir do golpe constitucional. Desde o início, despontava a tendência dos petistas e aliados, como PCdoB e Levante Popular da Juventude, de submeter a luta às reivindicações por eleições diretas. A pretendida forma eleitoral de solucionar a crise política da burguesia, imersa em disputas internas, obriga que as organizações sindicais e os partidos secundarizem o combate às reformas em nome do voto no PT de Lula. É sob essa orientação nacional que as organizações ligadas ao PT iniciaram o movimento

de sabotagem do Comitê. CUT, Força Sindical, Nova Central Sindical, CTB, Polo Sindical, MST e Frente Brasil Popular estão criando uma frente paralela, o “Fórum Borborema em defesa dos direitos e da democracia”, cuja plenária de instalação foi convocada no mesmo dia e horário da reunião do Comitê. Como vemos, tal movimento foi cuidadosamente articulado e lançado com o objetivo de esvaziar o Comitê, desarmar o movimento e frear a tendência de luta contra as reformas. Movimentam-se para se apresentar como “responsável” oposição burguesa e tudo indica que, para isso, vão trabalhar contra o sucesso das mobilizações vindouras.



# Decomposição da democracia burguesa

O espetáculo dado pelos juízes do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) expressa muito mais do que a crise de governabilidade. Expressa a fâlecia da democracia burguesa nos moldes concebidos após o fim da ditadura militar e montados pela Constituinte de 1987/88, que supunham a retomada e a revitalização da “soberania do voto popular”. Mais amplamente, expressa a decadência histórica do regime democrático burguês.

A conclusão de quatro magistrados de que não houve comprovação da influência decisiva do poder econômico nas eleições de 2014 – e, em particular, de determinados grupos empresariais – e a conduta dos três magistrados, que votaram pela cassação do mandato de Temer, de participar do “velório” das “provas vivas”, nas palavras do relator Herman Benjamin, testemunharam aos olhos da população de maneira mais aberta o apodrecimento da política burguesa e das respectivas instituições pelas quais se manifesta.

Em 2014, o PSDB entrou com uma petição no TSE para que anulasse as eleições presidenciais e se realizasse novo pleito. Encabeçava a petição o candidato derrotado Aécio Neves. Naquele momento, Dilma e Temer, PT e PMDB, estavam de mãos dadas e alegres pelos mais de cinquenta e quatro milhões de votos obtidos. O TSE descartou que tenha havido fraude nas urnas eletrônicas. Restou saber se a denúncia contida na petição de que as empreiteiras e nomeadamente a Odebrecht haviam desequilibrado a competição por meio do abuso econômico, financiando a campanha de Dilma/Temer por meio de caixa 2. A ministra Maria Theresa concluiu que não havia base comprobatória para abrir o processo no TSE. O Sr. Gilmar Mendes se opôs sob a alegação de que havia fortes indícios que deveriam ser investigados. Ganhou a continuidade do processo por 5 votos a 2. De maneira que o TSE assumiu a tarefa de pôr em marcha o processo e chegar a uma conclusão final. Como se vê, o ministro Gilmar Mendes tomou para si a causa apresentada por Aécio Neves (PSDB) e aliados.

Paralelamente, armou-se o movimento pró-impeachment. Estavam à frente o PSDB e DEM, fiéis aliados. A via da cassação do mandato de Dilma através do TSE passou a secundária. Tinha um grande inconveniente: a decisão em favor do PSDB/DEM atingia ao mesmo tempo Dilma e Temer. O PT não era um problema de monta, mas o PMDB, o maior partido oligárquico da burguesia, não poderia ser apeado do poder simplesmente por uma decisão do TSE, uma instituição sem peso relevante nas relações de poder no Estado.

O caminho do impeachment foi pavimentado. Para isso, foi fundamental o rompimento da aliança do PMDB com o PT. Temer passou a conspirar contra o governo e acabou chefiando o golpe institucional. Os cálculos dos golpistas se dirigiam a realizar a cirurgia sem romper completamente o tecido da democracia formal. Tudo teria de transcorrer como se nada fosse alterado no “Estado de Direito”. O procedimento deveria dar a ideia de que apenas se tirou uma presidente inepta e se transferiu o poder ao vice, que também foi eleito e que não era responsável pela política de Dilma Rousseff. O trauma do choque político era inevitável. Não teria, porém, muita transcendência, uma vez que toda a burguesia ampararia a nova composição governamental, em cuja base estariam os três partidos que de fato respondem pela política de sustentação do capitalismo, o PMDB, PSDB e DEM. Sendo assim, a petição de Aécio no TSE acabaria sendo arquivada, como queria Maria Theresa. O Sr. Gilmar Mendes já não teria motivo para ir adiante com a pretendida investigação e comprovação. Nenhuma importância teriam suas bombásticas declarações sobre a tal da “lavanderia” de recursos ilegais e criminosos montada pelo PT. Temer se firmaria no poder, apesar dos percalços da Operação Lava Jato, as

reformas caminhariam e não haveria pressão política para que o TSE levasse a sério o julgamento da chapa de 2014.

Ocorre que as prisões, delações premiadas e as investigações já haviam extrapolado o PT e adentrado profundamente no PMDB e PSDB. Já não era possível ao governo golpista impor a centralização e a disciplina necessárias para finalizar a Lava Jato, estancando-a na soleira dos demais partidos e altas personalidades da República. As contradições e choques interburgueses no aparato do Estado haviam tomado uma dinâmica própria com o impulso dado à Operação Lava Jato pelo Ministério Público, a Polícia Federal e pelas determinações do juiz Sérgio Moro. Em sua base estão a aguda crise econômica, os distintos interesses da burguesia nacional e do imperialismo, a guerra comercial, bem como as dissensões nas entranhas da burocracia do Estado e as pressões do movimento dos explorados.

As revelações estavam suficientemente adiantadas para descartá-las e confiná-las ao PT e limitá-las a uma pequena franja dos demais partidos. O amplo envolvimento de Temer e de um renque de ministros e de parlamentares com a bandidagem, uma vez colocado à luz do dia, se potenciou como força desagregadora da “nova” governabilidade.

A crise política não se estancou com o impeachment. Atingiu proporções maiores. As massas passaram a se movimentar contra as reformas. O profundo precipício entre o governo, o Congresso Nacional e a maioria oprimida passou a ser o principal fator e contradição da situação política. Temer constituiu um governo para impor a todo custo as reformas exigidas pelo capital financeiro. O Congresso Nacional se transformou em um órgão do golpe e da imposição da política do governo completamente desvinculado da população e subordinado aos ditames do grande capital. Sem possibilidade de centralizar imediatamente as instituições em seu conjunto e pôr um fim à Operação Lava Jato, não teve como estancar a crise política impulsionada pelo impeachment e se viu finalmente ameaçado pelas provas montadas pela JBS.

Duas vertentes se colocaram, Temer seria varrido por um poderoso movimento dos explorados, ou seria afastado pelas próprias instituições do Estado. A burocracia sindical segurou o impulso da classe operária em seguida à greve geral. Desviou o combate pela derrubada das reformas antinacional e antipopular para as disputas interburguesas em torno da crise política, sob a bandeira de eleições diretas. Restou o julgamento do TSE, que seria a segunda variante, uma vez que o impeachment se revelou quixotesco.

O escândalo do encontro às escondidas do presidente com o dono da JBS, no Palácio do Jaburu, deu a impressão de que a maioria dos juízes pudesse reverter sua disposição de voto. Em absoluto, o julgamento se deu sob a égide da reação dos partidos e do Congresso que promoveram o golpe de Estado. Prevaleceu a posição de que acima de todas as provas de crime de responsabilidade do presidente estão a estabilidade política e o encaminhamento das reformas.

O governo já havia modificado a composição do TSE indicando dois serviçais. Gilmar Mendes se encarregaria de regê-los com sua batuta jurídica. Os quatro asseclas de Temer não tiveram o menor pudor em expor ao País e ao mundo seus truques. As coisas já estavam arranjadas antecipadamente. A contagem de 4 a 3 havia sido anunciada bem antes do julgamento. O juiz Herman Benjamin reuniu provas irrefutáveis da corrupção política e influência do poder econômico nas eleições. Caso se seguissem as leis, não haveria margem para exegeses, hermenêuticas e interpretações.

Não se tratava de fato de um julgamento sobre os aconteci-

mentos eleitorais de 2014 e sim do presente momento nacional. O TSE tinha em suas mãos o mandato de um presidente originado de um golpe de Estado. Cassar Temer seria amputar a cabeça da ampla frente burguesa que promoveu a derrubada do governo Dilma Rousseff. Esse foi o sentido e o conteúdo que levaram Gilmar Mendes e seus serviços a combater o relatório de Herman Benjamin com todo tipo de jogo e manobra.

O golpe e a constituição do governo golpista foram apoiados por todas as instituições do “Estado de Direito”. Não seria o TSE que iria afastá-lo, portanto, em base a um processo referente às eleições de 2014. Se a maior e mais escaldante prova que se encontra nas gravações de Joesley Batista não podia ser usada porque não estava no “escopo” da petição, então nada mais tinha qualquer valor para cessar a continuidade do mandato de Temer, atribuído pelo Congresso Nacional. No entanto, a conexão dos fatos indica que se trata de um único processo.

As gravações que marcaram a fogo o escorregadio Aécio Neves mostraram que as empreiteiras e a JBS financiaram tanto a campanha da coligação PT-PMDB, quanto PSDB-DEM. Ambas fizeram parte do curral da Odebrecht e da JBS e comeram no mesmo cocho. A petição de Aécio contra a chapa Dilma/Temer para que o TSE anulasse as eleições pôs às claras a podridão da política burguesa em geral, e, em particular, do PMDB, PSDB, DEM e PT. A ação no TSE que serviria para encurralar a recém-eleita presidente acabou se convertendo em ameaça ao governo golpista da coligação PMDB, PSDB, DEM e demais capachos. O ministro Gilmar Mendes que estava por usar a petição de Aécio contra o governo Dilma acabou tendo de desqualificá-la vergonhosamente para proteger o governo golpista.

Do covil de Temer, ouvimos o ressoar de vitória. A política burguesa tem o poder de ressuscitar os mortos. Capacidade de demiurgo que nasce e se alimenta do poder econômico e social da burguesia. Ainda está fresco na memória do País o grito de Temer do fico: “não renunciarei!” O delinquente não extrai a força de si mesmo e de seu grupo encastelado no Palácio do Planalto. Ergueu-se em defesa de seu mandato apoiado no Congresso Nacional, no capital financeiro, no imperialismo e em uma parcela da imprensa monopolista. Ergueu-se em sua defesa agarrado à bandeira das reformas antinacional e antipopular. Ergueu-se em sua defesa contando que a classe operária e demais explorados que se levantaram na greve geral de 28 de abril continuavam amarrados à política conciliação da burocracia sindical, do PT e da frente popular opositorista.

A farsa do TSE veio a coroar a reação do governo golpista diante do agravamento da crise política. Espera-se agora com o rearranjo no ministério da Justiça e com a derrota da Procuradoria Geral da República reunir forças para disciplinar a Operação Lava Jato. A denúncia de que Temer ordenou que a Agência de Segurança Nacional (Abin) grampeasse as comunicações do ministro do STF, Edson Fachin, mostrou o quanto acirradamente se trava uma disputa interna às instituições. A presidente do STF Cármen Lúcia qualificou a ingerência da Abin como “prática própria de ditaduras”. Temer e o general ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Sérgio Etchegoyen, correram a negar a notícia. Vão passar uma borracha sobre o acontecimento. O governo, agora, se prepara para um novo round com o procurador-geral da República, do qual se espera que entre no STF com o pedido de afastamento de Temer. Passo a passo, as forças golpistas negociam entre si o destino do presidente e se arrasta a crise.

É sintomático que Temer tenha editado a Medida Provisória (MP 784) que visa a proteger os bancos das revelações que estão por vir da Operação Lava Jato. Vencida a tentativa do procurador-geral de imputar Temer, os escândalos que continuarão a se re-

produzir serão mais facilmente equacionados e esvaziados. Nota-se que denúncias como a de que Temer e a sua família usaram o jatinho da JBS, bem como o falso testemunho do presidente sobre a benesse, já não têm repercussão. Pelo visto, tudo ou quase tudo que vier agora está anestesiado. Não importa muito acrescentar mais pedras na montanha. Evidentemente, a força da crise política é extraordinária. Tem em sua base a desintegração econômica e por cima uma dívida pública que esgota o Tesouro Nacional e obriga a burguesia e seu governo a atacarem profundamente as massas. A guerra comercial e as necessidades do parasitismo financeiro estão por detrás da crise política.

A campanha burguesa em torno da corrupção e a própria Lava Jato ocultam as forças burguesas em disputa, em meio à qual está o PT e toda a burocracia sindical. O ponto de partida da luta da classe operária, dos camponeses, da classe média urbana pobre e da juventude se encontra na resposta às demissões em massa, ao gigantesco desemprego, à precarização geral da existência e a necessidade de derrubar e enterrar as reformas antinacional e antioperária da burguesia, do governo e do Congresso Nacional golpistas.

Os explorados mostraram sua disposição de combate nas manifestações nacionais do dia 15 de março, na greve geral de 28 de abril e na marcha a Brasília em 24 de maio. O movimento de frente única, no entanto, está sob a direção da burocracia sindical, que manobra com o descontentamento das massas e as condiciona às disputas interburguesas que continuam em novas condições após o impeachment. Sabotam o ponto de partida do movimento e o canalizam para o movimento burguês e pequeno-burguês das eleições presidenciais.

Diante dos olhos da burocracia, caminha a passos largos a reforma trabalhista e se negocia uma versão da reforma da previdência. A orientação geral das forças burguesas é a de marchar em meio à crise com as reformas, com ou sem Temer. Os capitalistas não perdem de vista o fundamental de seus interesses. Distintamente, as direções que controlam as centrais sindicais e os movimentos se enfileiram por detrás das disputas interburguesas e subordinam a luta contra as reformas à reordenação do poder por meio de eleições.

É necessário combater sem trégua o governo golpista, partindo das necessidades dos explorados, de um lado, e desmascarar a política do reformismo que se concentra no objetivo de se reconstituir como oposição burguesa visando às eleições de 2018, de outro. As reivindicações imediatas que mobilizam os explorados se resumem às bandeiras de “Abaixo as reformas da previdência e trabalhista”. A retomada da greve geral depende de as centrais e os movimentos convencerem a classe operária de que se trata de derrubar e enterrar as reformas antinacional e antipopular de Temer.

Certamente, a maioria explorada está diante de uma das crises mais profundas depois do fim da ditadura militar. Crise que supera os patamares da época do governo José Sarney e Fernando Collor de Mello, bem como de Fernando Henrique Cardoso. Trata-se da manifestação mais ampla e aguda da crise estrutural do capitalismo, que desmorona a democracia burguesa, que impulsiona as tendências ditatoriais da burguesia e que coloca objetivamente o programa, a estratégia e as tarefas da revolução social.

É imprescindível não se ater aos aspectos conjunturais e desenvolver a estratégia própria de poder da classe operária e impulsionar a construção do partido marxista-leninista-trotskista. Abaixo as reformas antinacionais e antipopulares! Abaixo o governo burguês, golpista e corrupto de Temer! Por um governo operário e camponês! Retomar a greve geral sobre a base das assembleias e dos comitês de base!

*12 de junho de 2017*

## “Práticas de um Estado de exceção”

A reportagem da revista *Veja* sobre o grampo da Agência Brasileira de Informação (Abin) nas comunicações do ministro do STF e relator do processo da Lava Jato, Edson Fachin, contra o presidente Michel Temer criou alvoroço, mas logo se desfez como a espuma na areia.

A presidente do STF, Cármen Lúcia, taxou a ação de “prática própria de ditaduras” e o procurador-geral da República, Rodrigo Janot a qualificou de “práticas de um Estado de exceção”. Temer imediatamente procurou desmentir a notícia. O ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Sergio Etchegoyen, declarou que tem certeza de que a Abin não se prestou a esse serviço.

A denúncia foi publicada imediatamente à decisão do TSE favorável a Temer. Foi abafada pelo que se chamou de vitória do governo. Bastou a explicação esfarrapada do Planalto para que Cármen Lúcia desse por encerrado o episódio. Temer acabou tirando proveito, recebendo da magistrada as belas palavras de confiança: “não há o que questionar quanto à palavra do presidente”.

Ninguém do STF e da Procuradoria Geral da República se colocou por uma investigação. Como é que a *Veja*, conhecida pela publicação de bombásticos vazamentos, pode acusar a presidência e o órgão de segurança a ele diretamente subordinado de terem promovido uma escuta clandestina do ministro sem que nada aconteça? Segundo a reportagem, a informação foi dada por um assessor do próprio presidente, cujo nome pediu para não ser revelado. No mínimo é estranho que se faça tal menção da fonte e ninguém se dispõe a tirá-la da sombra. Por enquanto, é o que parece. Tudo indica que a pá de cal posta pela ministra Cármen Lucia é definitiva.

No Congresso Nacional, o deputado da Rede, Alessandro Molon – um bufão que se alimenta dos escândalos–, anunciou que iniciou uma campanha no Congresso para montar uma CPI. A oposição, impotente diante do governo golpista, vive correndo atrás das escaramuças entre as instituições e seus figurantes, para ganhar notoriedade nos noticiários plenos de denúncias de corrupção. Espera arrebatar votos no futuro próximo.

Nota-se que acabou sendo conveniente a Temer a reportagem da *Veja*, que o mostrou disposto a enfrentar com todas as armas a guerra de bastidores. Os ministros do STF não são o que aparentam ser. Estão vinculados a interesses de grupos econômicos, à politicagem dos partidos dominantes e aos chefes oligárquicos. São nomeados para cargos perenes, ganhando salários de ouro e valendo-se de privilégios nababescos.

Não faz muito, vazaram denúncias contra o ministro Gilmar Mendes, que foram imediatamente abafadas. Assim se passou com Dias Toffoli, Luiz Fux e outros. A estranha morte do ministro Teori Zavascki, relator original da Lava Jato, em um acidente aéreo, quando viajava em um jatinho particular de um empresário “amigo”, não foi elucidada.

Nas condições de profunda crise política, marcada pelos escândalos de corrupção (sempre as crises burguesas têm presente a corrupção), desenvolvem-se tendências centrífugas no seio do Estado e em cada uma de suas instituições. Da Operação Lava Jato centrada no PT e no seu governo, passou-se para as hostes dos grandes partidos da burguesia.

O avanço sobre as forças dominantes no Estado acirrou os conflitos entre os poderes. O Ministério Público se tornou um grande problema para o Executivo e o Congresso Nacional. E não menos importante têm sido os choques dos procuradores com os ministros do STF. A procuradoria avança nas investigações e o judiciário retarda o processo, quando não bloqueia. A decisão do TSE significou uma vitória de Temer contra Janot. A posição do minis-

tro Fachin de afastar Aécio Neves do Senado contrariou o pedido da procuradoria de prisão do larápio. Por sua vez, o Senado não cumpriu a ordem de Fachin e abriu um atrito com o STF. Está claro que se desenvolvem choques em torno do destino do importante político mineiro do PSDB. A dissintonia entre os poderes do Estado, que transborda na forma de divergências políticas, indica a forte presença das tendências centrífugas e desintegradoras da política burguesa.

Arrancado o PT do poder do Estado, o campo ficou aberto para toda sorte de disputas interburguesas. Temer deveria cumprir precisamente a função de governo centralizador. Tinha a seu favor o fato de ser um preposto. Mas tinha e tem contra si, no entanto, a maioria da população, que logo o viu como um governo usurpador e carrasco dos explorados. O golpe montado pelo Congresso Nacional lhe deu enormes poderes políticos, mas a projeção da crise não lhe permitiu usá-lo em toda sua extensão.

A crise econômica se manteve, o desemprego se agigantou, reduziu sensivelmente a massa salarial, o endividamento da população agravou a penúria das massas e as reformas apresentadas atacam violentamente as relações trabalhistas e a previdência. A falência de importantes estados da federação, por sua vez, manteve os governos acuados pelas mobilizações. A greve geral de 28 de abril surpreendeu até mesmo a burocracia sindical e o PT, que passaram a recear um descontrole da luta de classes nas condições de agravamento das disputas interburguesas.

Nota-se que as forças burguesas em conflito passaram a operar um arrefecimento dos ataques e contra-ataques, de forma a preservar o governo golpista. Não se pode ter a menor dúvida de que o PT, PCdoB, Frente Popular, Povo Sem Medo e o conjunto da burocracia sindical têm uma importante cota de responsabilidade na sustentação do governo cambaleante de Temer. Desativaram o curso da luta contra as reformas e retomaram a via principal das disputas interburguesas em torno das eleições presidenciais.

O capital financeiro se manteve como principal escora de Temer. A frente golpista agiu imediatamente, embora com baixas, para evitar que as denúncias dos donos da JBS se convertessem no fim do governo. Impediu-se que a frente burguesa se dispersasse sob alegação de que o que estava em jogo eram as reformas.

É nessas condições que o TSE absolve o delinquente. A revelação sobre os grampos da Abin não causou nenhum estremecimento político. O PSDB que fez pose de quem poderia deixar o governo – aí sim aumentaria a possibilidade de Temer cair – recolheu-se com a promessa de esperar novos desdobramentos da crise.

O governo depois do caso Joesley passou a intervir com mais determinação para disciplinar as instituições e estancar as tendências centrífugas. De todo esse processo, o fundamental está em que o Congresso Nacional voltou a tramitar as reformas. É bem provável que nas próximas semanas se defina com mais precisão sobre a permanência de Temer. Aguarda-se o pedido de Janot ao STF de cassação de Temer, que em última instância depende do Congresso Nacional golpista e capacho do grande capital.

A importância de analisar e compreender o processo da crise política em curso está em que as forças burguesas, às quais se submetem a burocracia sindical, atuam para arrastar atrás de si os explorados. A luta pela independência de classe do proletariado ganha uma concretude de vida ou morte, de avanço ou recuo dos combates, de vitórias ou derrotas das massas. Uma das tarefas é a de mostrar aos explorados os fundamentos estruturais da crise burguesa e de defender as reivindicações mais sentidas vinculadas às bandeiras do programa proletário.



# Temer edita medida de proteção ao capital financeiro

A Medida Provisória 784, de 8 de junho, prevê acordos de leniência entre o Banco Central e as instituições financeiras. Está prevenindo contra um possível escândalo envolvendo esse setor. Não apenas as empreiteiras e a JBS compraram partidos, candidatos, funcionários, etc. É bem provável que os grandes bancos e corretoras estejam amplamente comprometidos com as relações político-partidárias assentadas nos tipos de transações reveladas pela Operação Lava Jato.

O capital financeiro é parasitário por excelência. Exerce um extraordinário poder sobre o Estado e os governos. Sem dúvida, mais amplo e decisivo que a Odebrecht e JBS. Esperam-se delações que comprometerão a tranquilidade dos banqueiros e conexos. Já foram anunciadas as dos ex-ministros Antonio Palocci e Guido Mantega, bem como as dos operadores financeiros Adir Assad e Lúcio Funaro. Se a Operação Lava Jato tiver força para ir adiante com as investigações e pôr os banqueiros no lugar devido da estrutura do poder político, a crise ganhará proporções maiores.

Parece que a antecipação política do governo para que se limite o alcance das revelações por meio da MP 784 visa precisamente a impedir a ampliação e prolongamento da instabilidade. O mecanismo consiste em os banqueiros reconhecerem suas transações criminosas e assinarem um termo de compromisso com o Banco Central (BC), que lhes impõe algumas exigências. A punição será extinta ou reduzida de um a dois terços. O mais impressionante nessa transação entre o governo e as instituições financeiras é que o termo de compromisso da leniência poderá ficar sob o sigilo do Banco Central. A justificativa dessa condição é a de que pode haver casos que trazem risco sistêmico. A quebra bancária, portanto, recairia sobre o Tesouro Nacional. Para que não se chegue a esse ponto, aplica-se o sigilo. Ocultam-se da população as falcatruas e o banqueiro se safava.

O Banco Central é um órgão do Estado umbilicalmente vinculado ao sistema financeiro. O Sr. Ilan Goldfajn, presidente do Banco Central, é um representante do capital financeiro. Juntamente com Temer, montou a MP 784. O emaranhado das negociatas no seio do Estado, envolvendo suas principais instituições, que não é transparente aos olhos dos explorados, evidencia como funciona a política e como se caracteriza o re-

gime burguês. Em sua base estão, fundamentalmente, a grande propriedade privada dos meios de produção, os monopólios e o capital financeiro. Está aí por que nenhuma fração da burguesia pode combater e solucionar a corrupção. A conclusão consequente, porém, é a de que nos marcos do capitalismo não há como erradicar esse fenômeno intrínseco à sociedade fundada na exploração pela minoria exploradora sobre a maioria explorada. As consequências de todas as deformações e da desintegração histórica do capitalismo recaem sobre as massas e impulsionam a barbárie.

Em meio a tamanha decadência, aparecem vozes que apregoam as reformas moralizadoras. Inclusive no seio das instituições do Estado. O caso mais expressivo aparece no Ministério Público. Multiplicam recomendações de uma radical reforma política que reduza o quadro partidário a um número mínimo, com se assim ficassem definidos os programas e as tendências ideológicas. Vemos, agora, importantes partícipes do golpe institucional que derrubou o governo de Dilma Rousseff apregoar uma Constituinte exclusiva para realizar a reforma política. Há um acordo entre os setores mais influentes da burguesia sobre o perigo da desmoralização dos partidos perante a população, que passam a vê-los como de fato são.

É nessas condições que se prepara um novo monstro, uma medida que oculta os crimes do capital financeiro. Caso suas contas e contabilidades fossem de fato abertas e expostas publicamente, apareceria a vasta lavagem de dinheiro. O sigilo sobre o capital financeiro é um dos mais fortes. Pela transação do dinheiro, passa toda sorte de negócios e negociatas. Deve ser mantida sob um manto irremovível, para que não se exponham as entranhas do sistema de exploração do trabalho e acumulação do capital. O ferrolho do sigilo e de toda sorte de segredos comerciais somente pode ser arrebatado pela revolução proletária. O que se pretende com a MP 784 é evitar abrir qualquer fresta no segredo máximo do capital.

É necessário, portanto, rechaçar essa medida e defender junto aos explorados o programa de expropriação revolucionária, estatização e nacionalização do sistema financeiro e dos monopólios industriais, agrários e comerciais.

## O lugar da JBS na crise política

A operação Lava Jato se desenvolveu a partir de 2014, transformando-se em uma lança contra o PT e seu governo, mas também contra as maiores empresas nacionais que passaram a disputar o mercado internacional de construção civil, petroquímico e de alimentação com as multinacionais. Poupança sem máscaras quaisquer ataques às empresas estrangeiras envolvidas nas falcatruas e propinas denunciadas e investigadas. Foi usada como arma para desgastar o governo Dilma até derrubá-lo por meio de um golpe institucional (impeachment). Apareceu primeiramente o conjunto de denúncias e delações premiadas das maiores construtoras do país, entre elas a Odebrecht, proprietária da Braskem, detentora do monopólio do refino de petróleo no país. Dirigentes da empresa, diretores da Petrobras e políticos ligados ao esquema de propinas foram e estão presos, parte deles já condenada.

A Operação Carne Fraca mostrou que a Polícia Federal já buscava uma nova ofensiva no mesmo sentido: as duas gigantes que controlam a produção, distribuição e comércio de carnes no

Brasil, que é o maior produtor e exportador mundial do produto. São empresas que têm seus capitais repartidos entre famílias proprietárias, governo federal (por meio de seus bancos) e capital aberto. O ministro da Justiça, Serraglio (PMDB) foi denunciado por conta de seu envolvimento nos esquemas de propinas para liberação de carnes ao consumo.

Os donos da JBS, porém, já tinham traçado antes uma estratégia para livrá-los da via sacra percorrida pela família Odebrecht na Lava Jato.

### JBS preparou terreno para sair do país

A JBS se agigantou às custas de financiamento público por meio do BNDES. Assumiu o controle da maior parte da produção, distribuição e comércio, interno e externo, da carne. Hoje, essa empresa é mundialmente a maior no ramo da carne e só perde para o truste Nestlé no ramo de alimentos em geral.

Teve, como as empreiteiras, uma relação de simbiose com os go-

vernos petistas: sustentava por meio de propina legal e ilegal suas campanhas eleitorais e tinha liberação de empréstimos do BNDES e compras gigantescas de carnes pelos mesmos governos.

Em 2012, os Batista contrataram o homem de confiança do capital financeiro internacional, Henrique Meirelles, para presidir o grupo e levar-lhe para o exterior. De 2012 a 2016, Meirelles agiu para tornar a JBS numa empresa norte-americana. Usou recursos do BNDES para comprar frigoríficos à beira da falência nos EUA, e se tornar um gigante da carne no país. Para o imperialismo ianque, estava bom que com a mudança da JBS para lá pudesse controlar diretamente as exportações de carne para China e Rússia, além das demais para o mercado mundial. Meirelles só saiu da JBS para assumir a Economia do governo golpista de Temer e liderar a aplicação das reformas antinacional e antipopular.

## **JBS agindo no golpe e na denúncia que atacou o golpista**

Mas a relação JBS/PT se desgastou no governo Dilma. A necessidade de cortar os gastos públicos por conta das manifestações mais fortes da crise capitalista sobre o país divorciou os interesses antes comuns. Os irmãos Batista passaram a financiar a propaganda pela derrubada de Dilma, participando assim do golpe que a derrubou. E mantiveram a relação simbiótica com os políticos dos partidos da base aliada a Temer.

O problema é que passaram a se sentir ameaçados pela investigação da Lava Jato. A delação de Fábio Cleto, ex-vice-presidente da Caixa Econômica Federal, ligado a Eduardo Cunha, levou a que a empresa fosse alvo de três operações da Polícia Federal, Sépsis, Greenfield e Cui Bono. Bens foram bloqueados e os irmãos afastados da direção do grupo. Tinham de procurar uma saída que os preservasse e aos seus dirigentes e familiares da perseguição e prisão. Foi então que traçaram uma estratégia que levasse a Procuradoria Geral da República a se comprometer com um acordo que os livrasse.

O braço direito de Rodrigo Janot, Marcelo Miller, foi o articulador da manobra. No final de 2016, manifestou a Joesley Batista que pretendia deixar o Ministério Público Federal. O escritório Trech, Rossi & Watanabe, responsável pela auditoria nas contas da Petrobras desde 2003, o contratou a pedido de Joesley. Em troca, Miller mostrou como tomar a iniciativa de fazer uma delação premiada diretamente a Janot, de forma que ele não pudesse recusar a aceitá-la. Miller saiu do MPF dia 6/3/17. O primeiro grampo de Joesley aconteceu 7/3/17. Em abril, a JBS procurou Janot e negociou a delação. A oferta incluía grampos com Aécio e Temer, em conversas comprometedoras; extratos bancários, números de contas no exterior por onde transitavam as propinas. E a informação de que já estavam de partida para os Estados Unidos. Exigiam em troca a imunidade total deles, dos diretores da JBS e familiares, inclusive a liberação de viagem ao exterior. Nesse barco de imunidade, sentava-se num posto elevado o homem de confiança do imperialismo, Henrique Meirelles.

## **A ofensiva da Globo**

No dia 17/05, pela manhã, a Globo fazia uma reportagem de Miriam Leitão entrevistando o Ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, em apoio ao governo. Às 19h30min, divulgava a delação de Joesley, que causou terremoto político no Congresso Nacional,

que viu encerrada a sessão da Câmara de forma improvisada. No dia seguinte, o ministro do STF responsável pela Lava Jato, Fachin, homologa a delação de Joesley.

Nos dias que se seguiram, a emissora, cujo maior patrocinador é a JBS, faz uma dura campanha pelo fim do governo Temer.

Tudo indica que o vazamento da delação se deu pela relação JBS/Globo. A empresa internacionalizada revelou interesse pela queda do governo Temer, assim como fez com Dilma. O resguardo de Meirelles mostra que preservou o homem de confiança do imperialismo. Meirelles, porém, tomou a frente de defesa do governo recorrendo aos empresários. Temer e seus partidários que armaram uma reação pela sustentação do governo traçaram a linha de defesa acusando a Procuradoria-Geral de proteger a JBS, oferecendo-lhe condições favoráveis para a delação. O ministro Fachin, por sua vez, foi apontado como agente da JBS. A Abin passou a controlar suas comunicações. O que obrigou Temer a desmentir, sem contudo fazer qualquer apuração. As denúncias de Joesley comprovadas por gravações provocou um jogo de pressões para anulá-las como prova.

Nota-se uma intrincada rede de relações entre os partidos, altas personalidades e governos com as poderosas empresas nacionais. A Operação Lava Jato objetivava caçar o PT, o caudilho Lula e o governo Dilma. Armou-se como sequência do “mensalão”. Porém, as prisões de empresários, altos funcionários e políticos, bem como as consequentes delações, acabaram por expor os vínculos do PT, PMDB e PSDB, sobretudo, com a JBS. Não restou aos donos da JBS a não ser revelar o quanto Michel Temer e Aécio Neves estavam im-

plicados na rede de corrupção. A denúncia de que o governo agia para comprar o silêncio de Eduardo Cunha foi um grande trunfo do Ministério Público.

A ligação da JBS com Temer, como se vê, percorreu o mesmo caminho que com Dilma: o homem que redige os discursos de Temer hoje, Elsinho Mouco, foi designado pelo golpista e pago pela JBS para eleger o irmão José Batista Júnior em Goiás e ajudar a “derrubar” a presidente Dilma Rousseff. Agora, em choque com Temer, Joesley o denunciou por ter recebido propinas de R\$ 3 milhões em 2010 e mais R\$ 300 mil em 2016.

As denúncias das empreiteiras serviram para atingir o governo do PT. As da JBS acertaram em cheio o governo Temer. A conexão entre esses fatos mostram o quanto se avançou a “guerra” no aparato do Estado, envolvendo as diversas esferas estatais. O enfraquecimento do poder executivo nos governos petistas deu lugar a tendências centrífugas, movidas pela profunda crise econômica e interesses diversos das frações burguesas, que afetam inevitavelmente a burocracia do Estado. Está colocada para o restabelecimento da governabilidade a imposição da centralização autoritária.

A profunda crise interburguesa deve se compreendida nos seus detalhes, para se estabelecer com precisão a política do proletariado diante do desmoronamento da democracia burguesa.

Há que rechaçar todas as variantes burguesas que surgem da crise política, entre elas a reconstituição da oposição burguesa por intermédio do PT. A canalização do movimento dos explorados para a bandeira das eleições presidenciais se levanta como um perigo para a luta contra as reformas. Está colocada a luta contra a ilusão e os desvios das massas de seu caminho próprio para derrubar as reformas antinacional e antipopular, que são a razão de existência do governo: dar toda força à greve geral e torná-la em greve geral por tempo indeterminado.

# Faces da barbárie no Brasil

As cenas se repetem: uma multidão perambula pelas ruas do centro de São Paulo diante das bombas e pancadas da polícia na Cracolândia; corpos de jovens negros jazem estendidos nas periferias; camponeses são transportados em uma camionete da polícia, empilhados após mais uma chacina. Outras cenas ficam ocultas, meninas e mulheres estupradas e mortas, jovens que tiram a própria vida. O quadro mostra o aprofundamento da opressão social que assume variadas formas.

No compasso da crise econômica, o aumento do desemprego e da pobreza aprofunda a expressão da barbárie. Dilacera as famílias, aumenta o abuso de álcool e outras drogas, desemboca em violência, desespero, empurra a juventude para o tráfico e criminalidade.

A crise econômica mundial, que teve seu epicentro nos EUA em 2008, foi deixando seu rastro de barbárie por onde passou. Nos Estados Unidos, na Europa, Oriente Médio, África. No Brasil, seus efeitos se fizeram mais intensamente sentir a partir de 2014, quando a saída do governo de manter o consumo com base no endividamento e subsídios se esgotou. O desemprego, que em 2014 fechou o ano em 4,8%, agora, já passa de 13%. Ultrapassamos o número oficial de 14 milhões de desempregados. E 45% da população economicamente ativa vive de bicos, são mais de 40 milhões de pessoas nesta condição. Segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), com base em dados desde 1980, a redução de 1% de desemprego implica a redução de 2,1% nos homicídios.

É sobre essa base que devem ser lidos os dados do Atlas da Violência 2017. Foram 59.080 homicídios no país em 2015. Provavelmente, os índices referentes a 2016 e 2017 serão ainda piores. O documento calcula que os assassinatos no Brasil em três semanas se igualam ao número de mortos em atentados terroristas em todo o mundo, nos primeiros meses de 2017, contando o de Manchester.

Das vítimas, 92% são homens. A grande maioria é de jovens, negros, pobres, com baixa escolaridade. No Norte, Nordeste e Centro-Oeste a violência disparou. A maior alta se deu no Rio Grande do Norte, onde os homicídios cresceram 232% em uma década. Iniciativas como o “pacto pela vida”, promovidas pelo governo de Pernambuco, têm seus resultados rapidamente desmontados. Entre 2007 e 2013, houve uma queda de 35% nos homicídios, mas os dados atuais voltaram ao patamar de 2007. São mais de 17 mortes violentas por dia no estado.

Está no Pará, a cidade considerada mais violenta. A Altamira da Usina de Belo Monte testemunha o resultado das grandes promessas de desenvolvimento em torno das obras do PAC. As grandes obras, organizadas para atender aos lucros das empreiteiras, atraíram grande contingente de trabalhadores. Enquanto estavam em funcionamento, levaram ao aumento do tráfico e prostituição. Com o desmonte após a crise, junto com o desemprego, aprofundam-se as mazelas sociais.

## Jovens

Entre 2005 e 2015, aumentou em 17,2% o número de jovens assassinados. Na década, foram 318 mil mortos com idade entre 15 e 29 anos. Quase metade dos homicídios do período.

## Mulheres e homossexuais

O homicídio de mulheres também cresceu. Em 2015, 4.621 fo-

ram assassinadas no Brasil. Destas, 65% eram negras. Num ranking de 83 países, o Brasil ocupa o quinto lugar em feminicídios. Na década entre 2005 e 2015, enquanto a morte de mulheres não negras caiu 7,5%, a de negras cresceu 22%. Segundo estudo do IPEA, de 2014, estimava-se que por ano havia 527 mil tentativas ou casos de estupro consumados no país. Destes, apenas 10% eram reportados à polícia. A grande maioria atinge as mulheres.

Entre 2015 e 2016, também cresceu o assassinato de homossexuais e transexuais (metade das ocorrências), chegando a 342 mortes. A expectativa de vida de uma pessoa trans, no Brasil, é de 35 anos, sua vida é abreviada pela morte violenta ou suicídio.

## Violência Policial

A polícia mata mais do que os autores de latrocínio. Em 2015, foram 3.320 mortes decorrentes de intervenções policiais, 358 policiais civis e militares também foram assassinados neste ano.

## Violência no campo

Os dados da CPT, referentes a 2016, trazem o maior número de conflitos por terra desde 1985. Foram 1.079 ocorrências, 61 assassinatos. Os conflitos por água atingiram 44 mil famílias. O favorecimento ao agronegócio está colado à violência reacionária contra os sem-terra, posseiros, indígenas, quilombolas e extrativistas. Neste início de 2017, já foram 36 assassinatos no campo. As torturas, mutilações e execuções expressam a barbárie.

## Encarceramento

Já no primeiro dia de 2017, o massacre na penitenciária de Manaus chamou a atenção para a condição bárbara em que vivem os detidos. Outras rebeliões nos primeiros meses do ano elevaram para 100 o número de mortos. Desde 1990, o número de detentos cresceu 618%. Os dados mais recentes são de 2014 e revelam a existência de 622 mil presos, fazendo do Brasil o terceiro que mais encarcera em relação a sua população total. A superlotação se deve a que a ocupação ultrapassa o número de vagas, onde caberiam 10 presos, ficam 16, em média. Em Pernambuco, são mais de 26 que ocupam o lugar de 10. O mesmo perfil das vítimas de homicídios se reflete nas cadeias. Metade são jovens e a grande maioria é de negros.

A situação não é diferente nos centros de internação para adolescentes. O massacre ocorrido no agreste paraibano no início de junho, no Lar do Garoto, deixou sete mortos, alguns deles esquartejados por outros internos. A rebelião e fuga escancarou a situação de superlotação. As 40 vagas eram preenchidas por 200 adolescentes.

## Linchamentos

Embora tenhamos a terceira maior população carcerária no mundo, cresce o clamor impulsionado pela mídia e políticos reacionários contra a “impunidade”. Levando a propostas de redução da maioridade penal, apoio à violência policial, chegando até mesmo aos linchamentos. A partir dos casos noticiados na imprensa, pelo menos 173 pessoas foram mortas em linchamentos no Brasil, em 2016. O caso do jovem tatuado na testa com os dizeres “sou ladrão e vacilão” após a tentativa de roubo de uma bicicleta parte da mesma lógica de justicamento e também é sintoma da barbárie.

## Suicídios

A crise econômica também tem impacto direto na saúde mental. Junto com o aumento dos índices de desemprego, com a corrosão das condições de vida, aumentam as doenças mentais e, conseqüentemente, o suicídio vira uma epidemia. O Brasil já ocupa o oitavo lugar no mundo em número de suicídios. Segundo a Organização Mundial da Saúde, em 2015, houve mais de doze mil pessoas que tiraram a própria vida, no país. Chama a atenção o elevado número de suicídios entre indígenas e transexuais. No mundo, o suicídio foi a segunda causa de morte violenta entre jovens, principalmente nos países atrasados, no ano de 2015.

## Pobreza e miséria

Depois de uma década com redução nos índices de pobreza, em 2015, os números voltaram a crescer, chegando a 25 milhões de pobres e miseráveis no país. Em fevereiro, o Banco Mundial apresentou as estimativas para o aumento de pessoas vivendo na miséria no Brasil. Apresentou um cenário “otimista” com o desemprego em 11,8% e um “pessimista” com o desemprego em 13,3%, índice já ultrapassado no primeiro trimestre. Neste segundo cenário, a expectativa era de acréscimo de 3,6 milhões de miseráveis. Assim, chegaríamos a 20,8 milhões de brasileiros na pobreza e 9,3 milhões na pobreza extrema. Percebe-se que a redução na pobreza baseada no programa Bolsa Família e ampliação do emprego agora é demolida pela crise. O Banco Mundial demagogicamente recomenda a expansão do Bolsa Família para mascarar as expressões mais perversas da miséria.

## Cracolândia

Em 21 de maio, a Cracolândia de São Paulo viveu mais um dia de terror. A ação policial, a mando do prefeito Dória, expulsou a pancada os usuários de droga. Dois dias depois, a prefeitura chegou a demolir casas com pessoas dentro. As ações geraram críticas e protestos. Enquanto o prefeito anunciava que tinha dado fim à Cracolândia, as pessoas se agrupavam perto dali, na praça Princesa Isabel. Em 11 de junho, a ação policial atacou cerca de 600 pessoas na praça. Mas, basta a polícia sair, para os usuários voltarem. A cada ação, alguns são presos, crianças e adolescentes são encaminhados e outros são internados à força. O que o promotor Arthur Pinto Filho, da Promotoria da Saúde, caracterizou como “uma caçada humana”.

O cretino Secretário de Assistência Social, Filipe Sabará, chegou a se filmar levando um morador da Cracolândia para a rodoviária e pagando sua passagem para voltar ao Maranhão. Como se dispersar e exportar os miseráveis fossem a solução para o problema. A capital paulista, de um lado, reflete a gigantesca acumulação capitalista, e, de outro, a miséria e decomposição social que leva à concentração do lumpesinato nas cracolândias.

Desde a década de 1990, foram várias as tentativas de impedir a fixação de usuários no centro de São Paulo, mas nem a repressão e nem a redução de danos foram capazes de pôr fim a esta concentração. Sempre, horas ou dias após as operações policiais, os usuários voltam ou se instalam em novos espaços nos arredores. Há dezenas de outras cracolândias em São Paulo, assim como em várias outras cidades no país. Só na Cracolândia do Centro de São Paulo, o número de usuários passou de 709 em 2016 para 1.861 em maio de 2017.

## Moradores de rua

Junto ao crescimento do desemprego e da pobreza, aumenta o número de pessoas que acabam morando nas ruas. Em 2015, a estimativa (provavelmente subnotificada) era de um pouco mais de 100 mil nesta condição. Apenas na cidade do Rio de Janeiro, considerando os últimos três anos, o número triplicou, chegando a mais de 14 mil no final de 2016. Na capital paulista, os últimos dados, referentes a 2015, também mostravam o crescimento de pessoas nesta condição, chegando a quase 16 mil. Com o inverno, voltam a ocorrer as mortes por frio.

## Tráfico de pessoas

Aumenta também o número de vítimas de tráfico de pessoas. Entre 2015 e 2016, o número cresceu 8% e chegou a 797 pessoas. O tráfico joga estas pessoas em trabalho escravo, exploração sexual, extração de órgãos e adoção ilegal. No mundo, é a terceira maior atividade criminosa e está em expansão.

## Como responder a barbárie?

Perante a barbárie, os governos apresentam, em geral, soluções repressivas. Os organismos internacionais, vinculados ao imperialismo, fazem demagogia com políticas focalizadas e particularistas. Com isso, tentam esconder suas mãos sujas de sangue. O saque de nossas riquezas por meio da dívida pública, a exploração das multinacionais, o avanço da desnacionalização da terra tem tudo a ver com estes dados. Os reformistas se propõem a amortecer o peso da crise que está sendo descarregada sobre os oprimidos. Suas soluções, porém, são limitadas e provisórias. As pequenas concessões vêm junto com profundos retrocessos. As políticas particularistas se apoiam em cada segmento atingido e atribuem as mortes e violências ao machismo, ao racismo, à guerra contra as drogas, etc.

O que é necessário é mostrar o vínculo entre todas essas manifestações da barbárie social. Não há como reformar este sistema apodrecido. A fase imperialista é esta etapa de decomposição do capitalismo. É preciso mostrar às massas, a partir de cada uma dessas mazelas que o capitalismo é esse sistema violento, ancorado na exploração e opressão.

Nossa luta parte da defesa da vida dos explorados. Quando destroem empregos e impedem o acesso à terra, os burgueses e latifundiários retiram a fonte de subsistência dos oprimidos do campo e da cidade. Obrigam muitos a morarem nas ruas. Jogam jovens na criminalidade, lançam a polícia sobre a juventude negra e os usuários de drogas. Aprofundam todo tipo de reacionarismo.

Permanece atual a questão lançada por Rosa Luxemburgo há 102 anos, ante uma sociedade burguesa “patinando no sangue e coberta de imundície”, que ao se mostrar como uma “besta selvagem” mostrava sua verdadeira essência. Socialismo ou barbárie?

A trágica descrição acima demonstra que já vivemos a barbárie. A burguesia não apenas não pode solucioná-la como a impulsiona com suas medidas de proteção ao lucro e à acumulação de capital. As reformas que estão sendo impostas ao País e à maioria oprimida resultarão em mais pobreza e miséria. É fundamental combatê-las com o programa da revolução proletária e com a estratégia própria de poder, o governo operário e camponês. Somente com os explorados no comando do Estado e com a ditadura do proletariado, é possível iniciar a erradicação da barbárie capitalista.

## Operação de Alckmin e Doria na Cracolândia em São Paulo: a destruição das vidas é parte da decomposição do capitalismo

As ações de repressão policial da prefeitura e do governo de São Paulo, sob comando do PSDB, expressam a barbárie capitalista. São centenas de pessoas que estreitam e definham suas vidas no comércio e consumo de drogas e habitam as ruas e praças do centro da capital paulista. Região essa que tem alto valor imobiliário, e na qual se pretende construir uma série de empreendimentos, como shoppings e centros comerciais. Os habitantes da cracolândia são obstáculos para a realização do investimento e os capitalistas exigem de seu governo que use da repressão mais violenta para a retirada dos viciados e comerciantes de drogas da região. Demonstram estarem fartos das medidas conciliatórias e transitórias propostas e praticadas pela gestão municipal anterior, que também visava ao mesmo objetivo de “higienização” do centro para investimento imobiliário, mas por outros métodos.

Na primeira grande ação repressiva, a tropa de choque foi acionada para exercer seu papel de cão de guarda da burguesia e de seus governos. Foi batendo, atirando balas de borracha e bombas de gás e de efeito moral que despejou circunstancialmente os moradores da cracolândia para as imediações. Imediatamente, tratores iniciaram a demolição de casas ocupadas por viciados ou não, com eles ainda habitando esses locais. Foram considerados iguais às mobílias e paredes que deveriam vir abaixo por conta dos interesses dos investidores imobiliários.

O resultado da investida repressiva foi o ferimento de dezenas, destruição de seus parques pertences, espalhamento de moradores de rua pelas redondezas, crise do pequeno comércio da região.

### “Internação compulsória”

O governo e a prefeitura do PSDB pressionaram a justiça para que concedesse o direito da chamada “internação compulsória”. Violando o direito individual de cada morador de rua ou viciado, a polícia escoltava agentes contratados para pegar os consumidores de drogas e interná-los contra sua vontade, inclusive à força. Trata-se de um tipo de prisão disfarçado de medida médica/assistencial.

Dias depois, Doria e Alckmin ainda conseguiram, por meio de uma “parceria” com empresas privadas, uma série de contêineres de lata para empilhar os moradores de rua e viciados dentro deles, em beliches apertados e sequer com ventilação adequada. É um mecanismo para facilitar o controle imediato dessas pessoas, sua prisão/internação imediata quando se julgar necessária, e deslocamento em massa em caminhões quando se decidir por isso. É a transformação, pelos governos, de gente em bicho ou, pior, coisa.

### Os ataques mais desumanos

A nova ação repressiva que se desencadeou a partir de 11/06 teve como objetivo fazer uma espécie de “pente fino” nos ha-

bitantes da região. Foram expulsos de seus locais e depois só poderiam voltar sem seus pertences que pudessem ser usados para reconstruir barracas, inclusive cobertores. Teriam de ficar ao relento, isso com a chegada do frio mais intenso na cidade. Um morador de rua morreu por conta disso, de frio.

A seguir, a proposta de a prefeitura pagar a passagem para que os moradores fossem levados de ônibus de volta aos seus estados natais. Em outras palavras, a expulsão deles da cidade. Uma medida que foi colocada em prática pelos governantes mais reacionários que já passaram pelos palácios do governo de Rio de Janeiro e São Paulo.

### Responder à ofensiva reacionária

A destruição de vidas humanas pelo capitalismo em decomposição é parte da destruição geral das forças produtivas, formadas pelos meios de produção e pela força de trabalho. Sem emprego, sem nenhuma perspectiva de vida, parte da população assalariada acaba caindo nas mãos do narcotráfico. Por cima dele, está uma burguesia marginal criminosa, que vê nesse

*É preciso defender as bandeiras que permitem lutar para que todos os assalariados e suas famílias tenham emprego, salário, moradia, saúde, aposentadoria digna e educação. Não se trata de aceitar o comércio e uso de drogas, mas de combatê-lo com as reivindicações e os métodos da luta de classes.*

negócio uma alternativa à falta de lucratividade do capital por meio da exploração da força de trabalho na produção social. Essa parte da burguesia tem seus tentáculos em todas as instituições burguesas (parlamento, governos, judiciário, polícia, etc.). Seus capatazes é que dão as caras na lida do mercado do tráfico.

Rechacemos a ação policial higienizadora e fascista de Doria/Alckmin. Aqui também cabe a denúncia e a defesa do fim da polícia militar, instrumento de violência reacionária de classe. A defesa imediata da permanência dos moradores de rua onde queiram ficar não pode deixar de lado as respostas efetivas e de classe ao problema colocado.

É preciso defender as bandeiras que permitem lutar para que todos os assalariados e suas famílias tenham emprego, salário, moradia, saúde, aposentadoria digna e educação. Não se trata de aceitar o comércio e uso de drogas, mas de combatê-lo com as reivindicações e os métodos da luta de classes. O salário mínimo real reajustado automaticamente de acordo com a inflação, que seja suficiente para o sustento da família trabalhadora; o pleno emprego com estabilidade, por meio da escala móvel das horas de trabalho (divisão de todo trabalho disponível entre todos os aptos a trabalhar, sem redução salarial); a moradia para todos, nenhuma família sem teto para morar; a aposentadoria suficiente para o sustento dos trabalhadores idosos; a saúde pública e sob controle operário que atenda às necessidades de todos; uma educação para todos em todos os níveis sob controle coletivo de quem estuda e trabalha; uma jornada de trabalho de 4 horas para a juventude, com 4 horas na escola e o restante para o descanso e lazer; com essas bandeiras, tiraremos os moradores das ruas, a juventude do tráfico e daremos a todos uma perspectiva de vida a partir do trabalho na produção social.

## Rondônia: BUROCRACIA DOS SINDICATOS LEVA SERVIDORES A ACEITAR ACORDO MALDITO

A novela do quinquênio depositado em juízo tem outro capítulo em assembleia conjunta do Sindicato dos Servidores Municipais de Porto Velho (Sindeprou) e do Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Estado de Rondônia (Sintero) no dia 14/06.

Em assembleias anteriores que se arrastam desde o passado os burocratas dos sindicatos e advogado se curvaram diante da proposta do pagamento de apenas 30% do valor total devido pela prefeitura aos trabalhadores que foram convencidos de aceitação mesmo sem a presença majoritária da categoria.

A juíza havia dado decisão de que era justo que o prefeito pagasse a totalidade do valor devido, mas sabemos que toda burocracia do estado capitalista que envolve os tribunais, o parlamento e demais sustentáculos do executivo como síntese do poder burguês, visto como o topo que dar suporte a classe dominante com o objetivo de tentar perpetuar o privilégio desta classe em conluio entre eles.

Para atenuar o impasse e proteger os interesses do prefeito Hildon/PSDB, no ano em curso, em função de outra decisão da juíza indica que aqueles trabalhadores que aceitassem receber apenas os 30% do quinquênio, os próprios sindicatos po-

deriam decidir em assembleia, e os que não aceitassem continuaria com o processo até que o tribunal local decida as ações de pagar a totalidade ou mesmo os 30%.

Antes essa mesma juíza tinha dado uma decisão em que a prefeitura tinha que pagar o valor devido ao servidor que já estava depositado em juízo e o restante que a prefeitura não tinha depositado de 2012 a 2016. A prefeitura recorreu e a juíza deu essa outra decisão que culminou na derrota para muitos servidores em que mesmo recebendo os 30% e ainda mais com descontos de honorários dos advogados. É uma decisão sim, em favor do saque sobre o minguado salário dos servidores.

Mais uma vez os servidores foram surrupiados nos seus direitos em função da conciliação que as burocracias dos dois sindicatos fizeram em favor dos patrões.

Enquanto os trabalhadores não compreenderem a importância da unidade da luta de todos os explorados contra as derrotas de direitos que atingem de cheio a (camponeses, operários, professores, bancários, comerciários e servidores públicos em geral, etc.), a burguesia e seus governos de plantão se encontram de mãos livres para saquear os trabalhadores de todas as categorias trabalhistas nos diversos recantos do país.

## Direção do SINPEEM confirma o golpe da eleição on line

No dia 13 de junho, aconteceu a reunião do Conselho de Representantes do SINPEEM. A pauta era a luta contra as reformas e a campanha salarial. No entanto, a principal discussão girou em torno das eleições do sindicato. A direção majoritária, corrente Compromisso e Luta, com o vereador Cláudio Fonseca (PPS) à frente, apresentou a proposta de regimento eleitoral, aprovado pela maioria da comissão eleitoral. Esta possui membros do setor de Oposição, que fizeram vários destaques e se colocaram contra o método. Como a maioria do Conselho também é da situação, o regimento concluiu aprovado.

### Questão do método: defesa da assembleia

Trata-se de um golpe escandaloso. O regimento deveria ser aprovado em assembleia e não numa reunião do Conselho. Fonseca alegou que a assembleia realizada em fevereiro cumpriu essa determinação. A tal assembleia de fato inaugurou o processo, instaurando a comissão eleitoral. Mas isso é bem diferente da aprovação do regimento. E por que uma manobra tão grotesca? Porque as assembleias geralmente são mais radicalizadas, é bem mais difícil para a direção majoritária aprovar questões polêmicas. Enquanto que o Conselho é um jogo de cartas marcadas. Vale lembrar o outro golpe que concedeu essa maioria folgada para o Cláudio Fonseca no Conselho. Ele inflou a quantidade de conselheiros eleitos propositalmente, uma vez que em todas as regiões a Unidade da Oposição havia eleito os primeiros nomes da lista. Se aplicado o estatuto corretamente, muitos conselheiros da situação ficariam de fora. Portanto, a composição foi alterada por uma manobra. É golpe em cima de golpe.

### A forma despolitizada da eleição on line

A principal questão aprovada foi o formato *on line* da eleição. Haverá postos fixos, mas todos sabem que isso não passa de uma formalidade. A direção alega que a ausência do abono de ponto prejudicaria o quórum. Cabe uma explicação sobre esse ponto: realmente as eleições aconteciam com o abono antes. Foi a gestão Haddad/PT que retirou esse direito. Porém, não é verdade que necessariamente o quórum diminuiria, tendo em vista a possibilidade de adotar outras medidas

para contornar o problema, como as urnas volantes e outras saídas.

Evidentemente, a direção majoritária também usou o argumento de que a oposição era “atrasada”, pois se tratava de usar as novas tecnologias a favor dos trabalhadores. O formato aprovado, com votação pela internet, favorece o militante virtual, que não visita escolas e não conhece a realidade delas. Do jeito que será conduzido o processo agora, o trabalhador votará da sua casa. A individualização do processo está em contradição com os princípios que regem um sindicato de luta.

A Corrente Proletária na Educação rejeita o método *on line*, pois considera que a forma da eleição deve estar de acordo com a concepção de sindicato classista, democrático, independente e de luta. Essa concepção só pode ser concretizada com a militância desde o chão de escola. O processo eleitoral tem de servir para politizar a classe, o que não pode se dar senão a partir do debate coletivo.

### A defesa do emprego versus defesa dos concursos

Ao final do Conselho, ainda foi retomada a pauta sobre a conjuntura e principalmente a greve geral marcada para o dia 30 de junho. A Corrente Proletária na Educação, além de defender a importância de não desviar a luta contra as reformas para o eleitoralismo, aproveitou também para denunciar a atitude do governo de não renovar os contratos de muitos professores, em várias regiões. Não deveria haver polêmica em torno disso, afinal, trata-se da defesa do emprego desses trabalhadores. É sabido por todos que a forma do contrato é uma via de precarização. Os contratados ganham menos, têm menos direitos.

A tarefa correspondente – parece óbvio – deveria ser lutar pela estabilidade no emprego *ao mesmo tempo* em que se continua a luta contra a precarização, em defesa do princípio de trabalho igual, salário igual. Cláudio Fonseca ignorou a questão. Usou a defesa do acesso via concurso, concordando com o governo que esses trabalhadores devem perder o emprego. “Que prestem concurso e passem”! Foi essa a atitude criminoso da direção majoritária. A Corrente Proletária na Educação denuncia essa traição e segue exigindo que se erga um movimento pela readmissão dos contratados, defendendo a estabilidade a todos.

## 55º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE)

# Tudo muito bem montado para a reconstituição da oposição burguesa

A UNE, sob a direção do PCdoB e do PT, serviu de correia de transmissão da política do reformismo no interior do movimento estudantil. Esteve na base de apoio ao governo de Lula e Dilma. Defendeu o programa educacional que promove a coexistência do sistema de ensino privado com o público. Amparou os interesses dos empresários da educação. E iludiu com medidas de expansão limitada das universidades federais. A direção da UNE trabalhou para que os estudantes se atrelassem a programas privatizantes como o ProUni e Fies. O REUNI, destinado à expansão do sistema federal universitário, por sua vez, foi um contrapeso ao principal objetivo do plano educacional do reformismo de agigantar o sistema privado. Cerca de 70% das matrículas, dos 6 milhões de universitários, está nas privadas. A bandeira de 10% do PIB para a educação serviu ao distracionismo da política do PCdoB, PT e aliados do chamado campo democrático e popular. A atenção dada à aprovação do Plano Nacional da Educação (PNE), por todo um período, atrelou a UNE ao jogo governista e parlamentar. O mesmo se pode dizer sobre o critério das cotas, que cimentou a demagogia pequeno-burguesa de combate à discriminação racial. De conjunto, o resultado das reformas educacionais do governo petista atendeu, sobretudo, aos empresários e alimentou as tendências da concentração monopolista no sistema privado universitário. O avanço no número de matrículas, no aumento das verbas públicas e na expansão das universidades federais, em resumo, acabou por contrabalançar o extraordinário apoio ao empresariado e à poderosa estrutura do ensino mercantil.

A direção da UNE trabalhou incessantemente para convencer os estudantes de que estavam diante de um governo progressista, identificado com os interesses populares e que promovia uma grande transformação na educação. E que por isso deveriam apoiá-lo e evitar as lutas que se chocassem contra o “projeto democrático e popular da educação”. A UNE foi estatizada, burocratizada e amordaçada. Transformou-se em caixa de ressonância das diretrizes governamentais. O caráter burguês do governo e da política petista foi ocultado e transformado em virtude.

Esse balanço deveria ser o ponto de partida das discussões do Congresso. Está claro que nenhuma das forças políticas com expressão entre os delegados enfrentará os desvios da direção da UNE. Mas já não existe o governo do PT. O Congresso, portanto, está condicionado à nova situação da crise política, que levou ao golpe institucional, à derrubada do governo Dilma e à constituição do governo Temer.

A defenestração do PT resultou na dissolução de sua aliança governamental e em sua substituição por outra que dirigiu o processo de impeachment. O PMDB acabou sendo o pilar para a constituição do governo golpista. É importante assinalar essa mudança nas relações partidárias porque a direção da UNE serviu à aliança do PT com o PMDB. Agora, está diante do drama de como se guiará na presente etapa da crise política. O PCdoB indicou que poderá se afastar do PT. Apoiou a eleição de Rodrigo Maia do DEM para a presidência da Câmara Federal, ajudando assim a organizar as forças de sustentação do governo golpista. Essa virada do estalinismo somente não foi mais adiante porque os escândalos da Lava Jato não permitiram a estabilização de Temer. A UNE submetida

à aliança do PCdoB e PT segue as variações táticas da política dos estalinistas e reformistas, que no fundo são semelhantes.

O 55º Congresso ocorre nas condições em que as forças golpistas procuram evitar o desabamento total do governo Temer. O TSE acaba de decidir por sua manutenção. Não é possível uma previsão exata do que irá acontecer nas próximas semanas, uma vez que a crise política ainda não foi controlada e se manifestou uma cisão na base de sustentação do governo. Mas aumentou a probabilidade de Temer se reequilibrar com apoio do grande capital. Como se vê, a probabilidade corresponde às forças que comandam a política burguesa.

Há um fator fundamental que permanece subjacente à crise de governabilidade, que é a luta dos explorados. A recuperação de Temer depende em última instância da luta de classes. Aqui reside o ponto principal do Congresso da UNE. Servirá para impulsionar os estudantes pela derrubada das reformas antinacional e antipopular, e assim pela derrubada do governo cambaleante? Está claro que não! A preparação do Congresso confirma esse prognóstico. Para evitar equívoco e confusões, alertamos que não estamos atribuindo aos estudantes isoladamente essa tarefa. A greve geral de 28 de abril mostrou que é preciso um poderoso movimento nacional dirigido pela classe operária para derrotar a frente golpista, pró-capitalista e pró-imperialista. A juventude, sem dúvida, tem muita importância no combate. É sob a política do proletariado que o movimento estudantil fortalece o combate à ofensiva dos capitalistas e seu governo contra a vida das massas e atenta contra a economia nacional.

O 55º Congresso, ao contrário, está marcado irremediavelmente pelo predomínio da política burguesa. Será um grande convescote da pequena burguesia em torno da campanha pela convocação de eleições presidenciais. A bandeira de “Minas pelas diretas já”, anunciada na convocatória do Congresso e a presença de politiquinhos como Ciro Gomes (PDT), Gleisi Hoffman (PT), Lindbergh Farias (PT), Chico de Alencar (PSOL) e Manuela d’Ávila (PCdoB) dizem tudo. A UNE serviu e continua a servir à política eleitoral da esquerda estalinista e reformista. Ciro Gomes, um politiquinho da oligarquia cearense, está sendo preparado para concorrer às presidenciais, caso Lula fique impedido.

O Congresso tomará vários dias, que serão preenchidos com debates que têm por “eixo” a “democracia”. Os expositores, em sua grande maioria, estiveram direta ou indiretamente vinculados ao governo do PT ou fazem parte da frente popular. Outro “eixo” é da “educação”. Os expositores, salvo exceções, fazem parte da política acadêmica e estão vinculados ao estalinismo e ao reformismo. Não é preciso descrever sobre a função do “eixo Brasil”, que contará com a presença de personalidades do quilate Marcio Porchmann (PT), Luiz Dulci (PT), Haroldo Lima (PCdoB) e João Capibaribe (PSB). Embora o PT já não conte com a presidência da República, a UNE continua a expressar o governismo burguês do tão aspirado “governo democrático e popular” e a unidade frente populista.

A profunda estatização da UNE sofrida nos anos de governo petista recrudescerá sua burocratização. O 55º Congresso continua a expressar a mutilação da democracia estudantil, que permeia o conjunto das organizações dos explorados. Esperam-

se milhares de delegados, mas completamente arregimentados. Não houve uma aberta, ampla e vigorosa discussão de teses nas bases estudantis para que se elessem os delegados. Não haverá discussão e compreensão sobre a crise estrutural do capitalismo que se manifesta na forma de golpe institucional, de constituição de um governo de ditadura civil, de imposição de reformas antinacional e antipopular, de retomada das lutas em todo o país, bem como de continuidade da crise política.

Os estudantes universitários e a juventude oprimida de conjunto estão diante de novas condições favoráveis para se aproximarem da classe operária e avançarem sua organização no campo da independência política. No entanto, permanecem amarrados à direção reformista, conciliadora e condicionada pela política de Estado. A ausência de uma fração proletária, revolucionária, no 55º Congresso, mais uma vez inviabilizará a luta contra o reformismo pequeno-burguês, que serve à política de sustentação do capitalismo e da ditadura de classe da burguesia sobre a maioria explorada. A própria fragilidade do POR se levanta como obstáculo à luta pela organização proletária da juventude oprimida. A cisão que o PSTU promoveu, rompendo com a UNE e formando a ANEL, mostra hoje, mais do que no passado, a gravidade. A ruptura enfraqueceu completamente a oposição de um setor que se reivindicava do trotskismo, embora em sua maioria fosse revisionista. O PSOL, comprovadamente, se constituiu como partido eleitoral. Não poderá encarnar uma oposição consequente, revolucionária, ao reformismo e estalinismo. O 55º Congresso, portanto, não contará com uma fração opositora ao reformismo petista e ao estalinismo.

Estamos obrigados a extrair todas as lições da experiência que os estudantes universitários e secundaristas vêm realizando sob

## **Campina Grande - PB**

### **Reativação do Centro Acadêmico de Ciências Sociais (CACS - UFCG)**

Nos últimos meses, o CACS perdeu suas atividades. A gestão Polifonia, eleita em agosto de 2016, não se consolidou e acabou por fechar o CA. Deixou de mobilizar os estudantes até mesmo em torno do programa que apresentou nas eleições e ficou demasiadamente fraca até para manter o espaço físico. Apenas uma militante (UJR/PCR) que encabeçou essa chapa ainda se reivindica da gestão. Não convocou assembleia, não chamou novas eleições, permanecendo inativa e mantendo um CA com tanta história de luta entregue ao léu.

Por todos esses meses de inatividade, o CACS ficou sujo e inutilizável. Perdeu inclusive parte dos seus móveis. Alguns estudantes ainda fizeram limpeza para tentar reutilizá-lo, mas não foi suficiente. Diante do desuso, a Prefeitura Universitária pôs os olhos no espaço.

A inatividade de um CA, que inclusive possui uma gestão, por si só já justifica todos os esforços pela sua reativação, mas a informação de que a Prefeitura visa ao espaço só torna mais emergente essa necessidade.

No dia 01 de junho, foi realizada uma plenária autoconvocada pela base. Consideramos como um movimento importantíssimo na medida em que aponta para um movimento de mobilização dos estudantes do curso, que toma nas mãos uma tarefa que a gestão não cumpriu. Deste movimento fica a lição de que, independente de uma gestão na prática ativa ou não, os Centros Acadêmicos são de responsabilidade de todos os estudantes que devem ocupá-los fisicamente e contribuir pelo seu zelo.

A plenária do CACS aprovou propostas de reativação do espaço e formou uma comissão de estudantes que, junto com o que

as novas condições de crise econômica e política. As manifestações de 15 de março, a greve geral de 28 de abril e os confrontos de 24 de maio em Brasília são a base da evolução da luta de classes. Os explorados tendem a ultrapassar os limites impostos pelas direções burocráticas. O 55º Congresso, sem dúvida, não reflete o grande descontentamento das massas. Está na contramão de suas necessidades e de suas tendências de luta.

É preciso separar a vanguarda combativa que despertou das greves e manifestações da política reformista, que no momento trabalha por reestruturar a oposição burguesa representada pelo PT e pela frente popular. Devemos fazer tremular sobre o Congresso burocrático, festivo e conciliador da UNE a política revolucionária do proletariado, ainda que encarnada pela minoria. Trata-se de defender o programa e a estratégia da revolução e ditadura proletárias. Trata-se de combater pela derrubada das reformas antinacional e antipopular do capital financeiro, da grande burguesia nacional e do imperialismo. Trata-se de enfrentar o governo golpista com a estratégia própria a classe operária lutando por um governo operário e camponês. Trata-se de trabalhar pela unidade da maioria oprimida para derrotar a ofensiva da burguesia que descarrega a decomposição do capitalismo sobre as massas. Defendamos que o Congresso se coloque pôr um Tribunal Popular constituído pelas massas em luta para investigar e punir os crimes da burguesia. Trabalhem para que a juventude se coloque por organizar a frente única anti-imperialista, por meio da qual as massas podem desenvolver o programa da revolução proletária.

*Abaixo o Congresso burocrático e serviçal! Por um Congresso democrático, vivo e combativo!*

sobrou da gestão, vai lutar para que este permaneça vivo! O encaminhamento mais valioso da plenária foi a de uma assembleia que envolva mais os estudantes. Essa assembleia deve ser deliberativa e de organização dos estudantes de Ciências Sociais!

Lembramos que no debate com chapa Polifonia para as eleições, a Corrente Proletária Estudantil apresentou um documento analisando porque a chapa Tese 11 havia se esfacelado e não mais concorreria àquela eleição. Nessa oportunidade, apontou-se a tendência de burocratização da Polifonia. Essa questão foi de grande debate. O resultado que temos confirma nosso prognóstico nesse pequeno espaço. Concluímos que a gestão Polifonia fechou o CACS não porque acabou com apenas uma integrante, mas porque não tinham o interesse real de mantê-lo ativo. O CACS protagonizou, entre 2014 e 2015, a mobilização de todos os CAs da UFCG, junto ao Comando de Mobilização Estudantil, com críticas ao burocratismo e roubo do PCR que por quatro anos aparelhou o DCE. Portanto, não é novidade que a UJR/PCR tenha formado uma chapa em torno do “democratismo” e do academismo e hoje o CA ter sido encontrado na situação de abandono.

É de suma importância que as chapas se formem em torno de um programa proletário, voltadas para a organização da base, submissas às decisões da assembleia. A base deve reagir para não permitir o aparelhismo e o burocratismo das correntes. Ter em vista que a democracia não está na constituição aleatória de uma chapa com múltiplos ideais, mas na política que vai dirigir o espaço e o movimento. Estimulando o uso de todos do espaço físico, mas também a oportunidade de debates e assembleias deliberativas para decidir sobre os rumos do movimento e do CA.



**Nesta edição:**

- Argentina: Que as eleições não desviem nossa atenção. O ajuste de Macri só será derrotado nas ruas, com a greve geral.
- Inglaterra: Uma nova etapa da crise.
- Escalada das tendências bélicas e manifestação de divergências interimperialistas refletem a nova etapa da crise mundial.
- 8 anos do falecimento de Guillermo Lora.

Artigos das Seções  
**Comitê de Enlace  
 pela Reconstrução  
 da IV Internacional**



**Bolívia**

**O agravamento da crise econômica empurra os explorados da cidade e do campo a romper politicamente com o governo impostor**

A distribuição está determinada pelo modo de produção vigente. A forma de propriedade dos meios de produção e a maneira como os homens se relacionam com estes, determinam em que proporção cada classe se beneficia da riqueza produzida pelo trabalho social. A forma como esta distribuição se realiza se manifesta nas diferenças sociais entre as classes. A burguesia, como classe dominante, proprietária de grandes meios de produção, fica com a parte do leão da riqueza gerada pelo operário. O capital financeiro (multinacionais), monopoliza a riqueza gerada com a exploração da mão-de-obra barata, deixando migalhas à nação oprimida. Esse fato é inerente ao modo capitalista de produção.

A demagogia do MAS não pode alterar esta realidade. O denominado “modelo econômico social comunitário” não é outra coisa senão a máscara do que na realidade é a perpetuação das relações sociais de produção próprias de um país capitalista atrasado de economia combinada submetido ao capital financeiro como é a Bolívia.

A demagogia governamental propagandeou que era possível avançar para um “novo modo de produção socialista da economia plural” com a colaboração dos empresários privados e as multinacionais, respeitando todas as formas de propriedade privada dos meios de produção, da grande até a pequena. Pretenderam nos fazer crer que com a implantação de certos bônus se estaria democratizando a riqueza e estabelecendo uma distribuição socialista, sobre a base deste suposto “novo modelo econômico”. A conjuntura econômica favorável do período anterior, devido aos altos preços das matérias-primas, permitiu ao governo estimular a ilusão de uma transformação sem precedentes na história do país, mas a realidade terminou mostrando que era uma pura ficção.

A crise capitalista mundial, perante à qual o MAS, num primeiro momento, garantiu que estava blindado, golpeia agora o país e vêm se traduzindo numa contração econômica, num processo recessivo cada vez mais agudo. Os empresários exigem concessões cada vez mais maiores ao governo às custas dos trabalhadores, e o governo cede liquidando conquistas sociais e acentuando as medidas orientadas a precarizar ainda

mais as condições de trabalho. O plano do emprego aprovado será para beneficiar os empresários e as multinacionais e provocará maior deterioração da situação laboral dos operários. O homem da rua, que todo dia enfrenta a elevação do custo de vida. A queda nas vendas, a perda do valor aquisitivo dos salários, o fechamento dos postos de trabalho, o fechamento de indústrias, a diminuição das terras cultivadas, etc. Uma persistente agonia, que lentamente carcome a situação econômica da maioria dos lares bolivianos.

O prognóstico dos organismos financeiros do imperialismo (BM, FMI, CEPAL) é que o crescimento econômico do país para este ano chegará no máximo a 3,7%, contra o otimista prognóstico do 4,7% feito pelo governo. A tendência à queda persiste de um máximo alcançado no ano de 2013 de 6,8%. A recuperação dos preços dos minerais e os hidrocarbonetos não modificará no essencial a situação das massas porque todos os recursos se diluirão na burocracia estatal, nos seus altos custos, pagamento da dívida, na corrupção, etc. Os empresários e o governo, apoiados na crise, chamam os trabalhadores ajustar o cinto e a fazer sacrifícios em prol do processo de mudança que não muda nada. Prova do que estamos falando é o miserável incremento salarial de 7% que acabou sendo burlado pelos empresários, prefeituras, governos e universidades. No afã de compensar os buracos financeiros do orçamento geral da nação, o governo vem endurecendo as pressões para cobrar impostos e multas aos pequenos e médios comerciantes.

Em 2003 (PIB 2,7%) e em 2005 (PIB 4,4%), embora já se iniciasse o período de alta dos preços internacionais das matérias-primas, a situação econômica do país era afetada pelas convulsões sociais que derrubaram GONI do poder. O neoliberalismo estava politicamente esgotado e a desesperante situação econômica empurrou as massas para as ruas.

A crescente deterioração da situação econômica geral, que golpeia as massas, que não conheceram mudanças qualitativas em sua situação no anterior período de bonança, está na base do esgotamento das ilusões que os explorados depositaram em Evo Morales, mas este processo político está longe de ser

uniforme e alguns setores caminham com atraso em relação à maturidade da situação econômica, mais concretamente: ainda se expressa no atraso do proletariado para incorporar-se à luta contra o governo impostor, unificar a luta e colocar-se à cabeça da nação oprimida. Este atraso na incorporação do proletariado e os camponeses à luta contra o governo impostor deixa as mãos livres à burocracia sindical vendida e permite ao governo encurralar os outros setores que se lançam ao combate. Enfrentando as massas, o governo acentua os traços de uma ditadura contrarrevolucionária. Pretende penalizar o direito ao protesto, à greve, aos bloqueios, ao uso da dinamite nas mobilizações,

## Argentina

### Que as eleições não desviem nossa atenção

### O ajuste de Macri só será derrotado nas ruas, com a greve geral

Todo dia surge a discussão de quem serão os candidatos, se haverá lista únicas, se haverá primárias abertas simultâneas e obrigatórias (PASO) nas eleições. PASO só ocorrerão em agosto, e as eleições gerais em 22 outubro, daqui a 5 meses!

O que se escolhe? A metade dos Deputados (127) e um terço dos senadores da nação (3 para cada província: Buenos Aires, Jujuy, La Rioja, Misiones, San Juan, San Luis, Santa Cruz)

Para o governo é importante ganhar a eleição ou conseguir um bom resultado, por que entende que dessa forma teria o aval da população para continuar com a sua política de ajuste. Mas, se não ganhar as eleições, continuará do mesmo jeito com a sua política de ajustes, porque esse é o mandato dos grandes capitalistas e do imperialismo, a quem o governo representa.

Por isso o governo adiou o anúncio do reajuste das tarifas e outras medidas antipopulares para depois das eleições. É claro que todas as medidas são contra a população e por isso se tem medo de perder votos. Mas já se as comunicou aos centros do poder financeiro. Já o anunciaram os ministros da Fazenda e de Finanças em Nova York. E o Macri o confirmou. Agora não é momento de ajustes, há que esperar passar as eleições. Porque nestas eleições se decide entre a esta abertura ou voltar ao populismo.

O peronismo está enrolando se lança Cristina Kirchner ou não, se participam das PASO ou não, se Randazzo encabeça a lista e se perdoam os governadores e legisladores que deram seu apoio ao governo de Macri. Se Massa se apresenta ou não. E há ainda o problema dos que se bandeiam de um lado para outro. Grupos de prefeitos que respondem a uma outra fração. Os empresários e os meios de comunicação operam entre todos eles. Os grandes capitalistas estão operando o tempo inteiro nas fileiras da "oposição". Como resolvem suas crises e como se apresentam nas eleições pode significar o maior ou menor número de votos, mas, o que é certo é que a burguesia precisa deles para encontrar uma saída à crise do atual governo e não apenas como alternativa para 2019. Precisa deles para continuar co-governando com Macri ou tomar seu lugar.

Como vem acontecendo há muitos anos, as campanhas eleitorais estão cada vez mais despolitizadas. São cada vez mais puro marketing. Da direita à esquerda, as ideias e programas estão ausentes. Não se debatem os temas de fundo, ou seja, como tirar a Argentina do atraso da dominação imperialista, como liquidar a pobreza, os baixos salários, a precarização do trabalho,

etc., métodos tradicionais da luta popular na Bolívia.

Com a incorporação ativa do proletariado à luta, a situação política dará um salto, e colocará na ordem do dia a perspectiva da revolução proletária. A superação da crise econômica estrutural pela via da aplicação de métodos socialistas de governo, que começará com a expropriação das multinacionais, dos grandes empresários, dos latifundiários para impor a economia planificada, o monopólio estatal do comércio exterior e a propriedade socialista dos meios de produção, que implica que toda a terra volte às mãos dos camponeses e as fábricas e minas às mãos dos operários.

como acabar com o endividamento, como derrotar a inflação, como o país pode recuperar toda a terra, os mares, os minerais, o petróleo, o gás, a eletricidade e todos os recursos para colocá-los à serviço da grande maioria da sociedade. Insistimos, não há nenhum resultado eleitoral que possa colocar um freio ao plano de ajuste de Macri, somente a luta nas ruas poderá fazê-lo.

Chamamos explicitamente a dar as costas a todos os candidatos, partidos patronais, sejam de Cambiemos, Frente Renovador, FPV, Peronismo, todos eles são defensores do regime da grande propriedade capitalista, do regime de exploração do trabalho. Chamamos a não votar nos nossos verdugos. Rechaçamos a ideia do "voto útil", do "voto castigo", do "mal menor".

O POR intervém na campanha eleitoral defendendo a resposta proletária às grandes questões da nação oprimida: como se organiza o sistema de saúde e educação único, nacional e gratuito; como fazer para monopolizar os bancos e o comércio exterior para se centralizarem todos os recursos, impedir as fugas de divisas, os gastos suntuários e facilitar a industrialização, para indicar somente alguns dos temas críticos que somente poderão ser resolvidos materializando a estratégia da revolução e ditadura proletária, o comunismo.

O POR não intervirá com candidatos próprios porque não conta com estatuto legalizado para fazê-lo. Tampouco apoiará candidatos de outras correntes que se reclamam da esquerda porque lamentavelmente nenhuma expressou uma posição de independência política de classe. Não dizem expressamente que não será através do congresso das leis e das eleições que se resolverão os problemas da sociedade. Não dizem que somente a ação direta das massas pode arrancar ao capitalismo nossas reivindicações. Não dizem que a classe operária tem de tomar o poder liderando todos os oprimidos para iniciar a construção do socialismo. Não questionam a grande propriedade. Por essa razão não chamaremos a votar neles.

Nestas eleições chamaremos a anular o voto com o programa revolucionário do proletariado, com a consciência de que as eleições são um circo onde não importa quem ganhe, o poder continua nas mãos do capital financeiro, das grandes multinacionais e da oligarquia latifundiária. Com a firme convicção de que para derrotar Macri e a burguesia é necessário colocar em pé o Partido Operário Revolucionário para acabar com o capitalismo por meio da revolução e ditadura proletária.

## Inglaterra: realizadas as eleições legislativas

# Uma nova etapa da crise

No dia 8 de junho, foram realizadas as eleições legislativas para o Parlamento do Reino Unido. Os resultados mostraram que nenhum partido conquistou a maioria absoluta (326 cadeiras). O Partido Conservador (no governo) obteve 318 deputados, o Partido Trabalhista, 261; o Partido Nacional Escocês (SNP), 35; os Liberais Democratas, 12; o Partido Unionista Democrático (DUP), 10; o Partido Irlandês Sinn Féin, 7 e o galês Plaid Cymru, 4. O Partido Verde, o Partido da Independência do Reino Unido (UKIP) e o Partido Unionista do Ulster (UUP, Irlanda) não elegeram deputados.

### Uma manobra falida

As eleições iriam acontecer em 2020, mas foi antecipada pela primeira-ministra Theresa May. Nos cálculos do governo, deveriam servir como uma espécie de “comício popular”, que reafirmaria (segundo todas as pesquisas indicavam) a maioria conservadora no Parlamento. A expectativa era a de utilizar o resultado como sendo a expressão do apoio popular à saída da União Europeia (Brexit).

Os conservadores controlavam a maioria parlamentar desde 2015. Almejavam, assim, preservar as 326 cadeiras necessárias. Porém, os conservadores não apenas reduziram sua base legislativa como ficaram impossibilitados de formar um governo próprio. Após a derrota, os conservadores tentam se aproximar do DUP para garantir uma coalizão.

A manobra orquestrada e que objetivava ratificar a maioria parlamentar e, assim, obter “carta branca” para impor os termos da ruptura com a UE, falhou. A grande imprensa assinalou o “fracasso de May” e colocou se não era a hora de rever o programa de ruptura do Brexit, apresentado há quase um ano.

### Crise interna

A primeira-ministra publicamente pediu desculpas aos deputados conservadores que perderam suas cadeiras. Indicou desse modo que a crise interna entre os conservadores se aprofundará. É o que se observa na rápida procura da imprensa monopolista sobre qual a “nova liderança” capaz de reorganizar e encaminhar as negociações do Brexit. Surgiram os nomes como o de Boris Johnson e Philipp Hammond, ministro das Finanças. Ambos são partidários de “suavizar” as condições de saída da Inglaterra da EU. Aventa-se um acordo que mantenha algumas vantagens de acesso ao mercado comum.

Hammond, porém, é considerado o candidato “mais sério” e o que melhor “expressa politicamente” os anseios dos monopólios que pretendem “salvar alguma coisa do naufrágio que foi o referendo do Brexit”, como o qualificou o jornal The Financial Times.

### Mudança nos rumos do Brexit

O Brexit “duro” significava, na linguagem dos conservadores, uma saída do mercado interno da UE, da união aduaneira e da jurisprudência europeia. O que, por outro lado, significava que a UE realizaria uma contraofensiva atingindo os interesses monopolistas britânicos.

Abrir-se-ia passagem ao agravamento das tendências de queda e recessão no Reino Unido. Esse quadro assombra a burguesia inglesa. Após as eleições, frações monopolistas procuram uma mudança nos rumos das negociações. O principal partido cogitado para formar a aliança com o governo conservador, os “unionistas” da Irlanda (DUP), aprovam essa via. Ruth Davidson, líder dos fortalecidos conservadores escoceses, por sua vez, também defendeu um Brexit “suave”.

Mas não são apenas vozes “extrapartidárias” aos conservadores que estão a favor dessa perspectiva. Basta ver o depoimento da deputada conservadora Anna Soubry, de que May não contaria com “uma maioria em favor de uma saída do mercado único na Câmara” para se constatar que avança entre os conservadores a aceitação dessa proposta.

### Realinhamentos no seio da burguesia

Após a votação do Brexit, a Inglaterra enfrentou uma brutal desvalorização da moeda (Libra Esterlina), contração dos investimentos, fuga de capitais e desaceleração do consumo interno. A burguesia inglesa se viu diante da queda dos lucros e da produtividade. Em outras palavras: os negócios capitalistas foram duramente atingidos. Eis por que a perspectiva de uma saída “dura” apenas podia indicar um piora dessas condições na situação de estagnação industrial, de queda do comércio e de retrocesso dos investimentos de capital no país.

Tais condições fizeram que as frações decisivas dos monopólios ingleses vissem com acentuado ceticismo as eleições antecipadas. Enquanto as pesquisas “indicavam” a vitória segura de May, decidiram por “esperar para ver”. Diante da derrota, logo começaram as movimentações para condicionar o governo a encontrar uma saída para a catástrofe que se avizinha. Os monopólios altamente internacionalizados não podem ser contidos nas fronteiras nacionais.

### “Renascimento” trabalhista

É parte desse quadro de realinhamentos no seio da burguesia o crescimento eleitoral dos trabalhistas. Há dois meses, as pesquisas afirmavam que o Partido Trabalhista amargaria mais uma derrota. A grande imprensa debochava da “incapacidade” de Jeremy Corbyn de liderar o Partido Trabalhista. Dividido nas bases que apoiam o “esquerdismo reformista” de Corbyn e a cúpula do partido, que almeja chegar a acordos com liberais e conservadores, os trabalhistas compareceram às eleições como sendo uma corja de desagregados e derrotados.

Mas, na última semana de campanha, a situação virou. As pesquisas indicaram que a ascendência de Corbyn entre as massas se elevava no mesmo ritmo em que se produzia a desagregação dos apoios eleitorais de May e dos conservadores. Foram assim equacionados conjunturalmente os atritos internos. E Corbyn pôde se projetar como o candidato capaz de movimentar um grande apoio entre os explorados, especialmente entre a juventude. De forma que sua permanência na liderança dos trabalhistas constituiu uma garantia para o partido se erguer como alternativa de governo - caso os conservadores

avancem em sua desagregação.

O fato das lideranças, incluído Corbyn, da cúpula política e da burocracia do aparelho, serem partidários de um Brexit “suave” (que preserve grande parte das posições dos monopólios ingleses) colocou uma possível aproximação do trabalho com os monopólios.

## A via da conciliação de classes

O PT apresentou nas eleições um “Manifesto” que prometia maiores gastos para o NHS (National Health Services, sistema de saúde pública nacional), ampliar os subsídios sociais, cortar impostos aos setores de “baixa renda” e subir as taxas sobre os mais ricos, ampliar os recursos orçamentários para hospitais e construção de escolas públicas, etc. Mas, fundamentalmente, prometia que o partido avançaria às “re-nacionalizações” de correios, ferrovias, energia e água.

Não há nenhuma possibilidade histórica de vingar um programa de reformas radicais como o que propôs Corbyn. Na época do imperialismo, não há espaço para a reindustrialização de um país à margem das disputas do mercado mundial. E mesmo que fosse possível, isso teria de tomar como base um violento rebaixamento salarial e das condições de vida do proletariado britânico, de modo a tornar as mercadorias por ele produzidas competitivas com as da China, por exemplo. A crise capitalista obriga à burguesia monopolista a avançar à trilha da destruição de quaisquer direitos e conquistas que possa ainda ficar em pé para preservar seus lucros. Mas, certamente há possibilidade de se aproveitar de ascendência social e eleitoral de Corbyn sobre as massas para subordiná-las às saídas burguesas à crise de superprodução, que é a de agravamento da opressão nacional, de projeção do intervencionismo imperialista e, fundamentalmente, de brutal sobre-exploração da força de trabalho assalariada.

Está aí porque o “programa” trabalhista serve ao objetivo burguês de manter atreladas as massas às promessas de um “futuro melhor”. De fato, o “Manifesto” não foi elaborado para ser cumprido, uma vez que o PT tem se transformado há décadas em um partido da ordem burguesa. Isso explica porque a grande imprensa burguesa recebeu bem o “Manifesto de 17 de maio” dos trabalhadores. Segundo *The Economist*, tratava-se de um programa “equacionado” e “cuidadoso”. Os porta-vozes da grande burguesia indicavam desse modo a necessidade de reerguer a via da consolidação de classes em face das tendências de desagregação burguesa.

## Crise do regime político

O fato do Partido Trabalhista elevar em mais 100 cadeiras sua presença na “Câmara dos comuns” resultará em uma força decisiva à hora de condicionar o governo. Mas, assim como os conservadores não conta com maioria própria e também terá de recorrer às alianças.

É nessa situação de equilíbrio instável quando adquirem um papel decisivo os partidos de minorias para manter as condições de governabilidade. Em palavras mais precisas: a burguesia monopolista terá que recorrer a promessas para contar com um grande apoio político à hora de impor seu programa para a crise, exigindo das burocracias e lideranças das classes médias radicalizadas que sirvam de bloqueio às tendências de luta de classes.

No entanto, sob os impactos da crise estrutural do capitalismo, a democracia burguesa passa a reproduzir as tendências à desintegração da base econômica, impulsionado a decomposição política dos partidos da ordem burguesa. Trata-se desse ainda de um fenômeno mundial.

Embora adaptada às particularidades históricas e nacionais, tudo indica que essas tendências, que são as de desintegração econômica e social e de crise dos partidos e instituições burguesas, porá cada vez mais à luz do dia à burguesia a necessidade de se apoiar em um governo capaz de centralizar autoritariamente o Estado e governar o país com punho de ferro.

Na base dessa constatação está em que já não mais é possível, nem está nos planos da burguesia, percorrer a larga trilha das oscilações parlamentares que paralisam as iniciativas de governo e agravam o quadro de desinvestimentos e incertezas econômicas. Nem de conceder reformas às massas que entravam a retomada de seus lucros. Em última instância, o fator que definirá os ritmos desse processo será o curso que adote a crise mundial capitalista e a luta de classes.

## Avanço ao Estado Policial

Outro fato veio se combinar para aprofundar a situação de crise política. Referimo-nos aos atentados de 3 de junho em Londres, assumidos pelo Estado Islâmico. O debate eleitoral se viu fortemente condicionado pelas respostas que os partidos apresentaram perante a situação.

A primeira-ministra britânica, em coletiva de imprensa, propôs mudar a legislação sobre direitos humanos visando a combater o terrorismo e “*restringir a liberdade e os movimentos dos suspeitos de terrorismo*” mesmo quando “*não houver provas suficientes para apresentar uma acusação completa ante um tribunal*”, afirmou.

Apesar de contestada por Corbyn, que a acusou de ser responsável da redução de número de policiais, o fato é que a esmagadora maioria dos partidos da ordem burguesa e pequeno-burgueses se colocam por reforçar os instrumentos do Estado policial.

O fundamental está em que a tese do “combate ao terrorismo internacional” expressa os interesses da burguesia imperialista de acirrar os mecanismos de opressão e repressão nacionais e que objetivam, em última análise, a por em pé os instrumentos de um estado de exceção e capaz de ser dirigido contra as próprias massas, se essas ameaçarem o regime burguês.

## Uma nova etapa da crise mundial

O adiantamento das eleições tinha sido considerado pelas frações da burguesia alemã e francesa como um sinal de agravamento da guerra comercial. Uma semana antes das eleições, a Comissão Europeia noticiou que uma saída “dura” da Inglaterra a colocaria imediatamente em face de uma série de obrigações financeiras e de pagamento de indenizações. E que condicionaria o acesso aos mercados financeiros europeus dos capitais ingleses.

Logo se observou uma fuga de operações financeiras desde Londres a Paris e Frankfurt. No mesmo sentido se movimentaram os fundos de investimentos da China e Japão. O avançar dessa situação a Europa se veria em face a choques inter-imperialistas de graves proporções.

May ameaçou com romper toda negociação. Mas, essa via equivalia a uma declaração de guerra e pôr à burguesia inglesa em um beco sem saída. Os Estados Unidos logo passaram exigir que o governo conservador revisse sua posição. E a burguesia inglesa, altamente dependente do capital norte-americano, passou refletir essas movimentações. A ruptura de Inglaterra retiraria do continente um eficaz meio dos EUA para condicionar o mercado comum e fortaleceria o realinhamento da França com Alemanha, constituindo um poderoso bloqueio a seus interesses.

Os rumos das negociações do Brexit terão necessariamente de refletir o agravamento dessas contradições mundiais. Essa perspectiva assinala uma nova etapa de convulsões políticas e nacionais e que as massas pagarão com suas condições de vida, com seus direitos e conquistas à sobrevivência do capitalismo apodrecido e dos interesses de suas burguesias nacionais.

## **Superar a crise de direção revolucionária**

As eleições mostraram que se abriu uma nova etapa da crise capitalista no país. Os explorados não têm como ficar passivos diante do programa reacionário da burguesia. É o que indica a tendência de mudança nas relações das massas exploradas

## **Escalada das tendências bélicas e manifestação de divergências interimperialistas refletem a nova etapa da crise mundial**

A viagem de Trump à Arábia Saudita teve motivos bem precisos. De um lado, apoiar o regime sunita em sua proposta de formação de uma aliança militar (semelhante à OTAN) no Oriente Médio, sob a direção das monarquias árabes. E, de outro, assinar o maior acordo de venda de armamento na história norte-americana, 110 bilhões de dólares.

A criação de uma “OTAN” árabe e o fortalecimento militar da Arábia Saudita são peças chaves para avançar sobre as fronteiras nacionais do Oriente Médio e ajudar a derrubar os governos que entravam a conquista de regiões que são de interesse da potência estadunidense. No mesmo sentido, foi realizada a visita a Israel, segunda parada da viagem de Trump.

Arábia Saudita e Israel servem às movimentações contra os regimes da Síria e do Irã. Os recentes acontecimentos mostram que a preparação para a realização desses objetivos se aceleram. A ruptura de relações de sete países árabes com o Qatar e a escalada bélica imperialista e israelense (que atacou ao exército sírio duas vezes logo após a visita de Trump) contra as posições sírias, combinadas com a ajuda de ambos os países por fortalecer as condições para impor de fato uma autonomia regional no Curdistão sírio – que possa vir a se juntar com a já constituída no Iraque – tem por fundamento controlar importantes jazidas de gás e petróleo, fontes de matérias primas e regiões geográficas chaves para dominar as rotas comerciais de energia e transportes mundiais. Fica claro

com os partidos que expressaram a linha dura do Brexit e que se iludem com o programa reformista do PT.

O fundamental, no entanto, é que as eleições ocultam por trás o véu da democracia burguesa a polarização objetiva entre as classes. É nesse quadro que Corbyn e o PT passam a ser um fator decisivo. Os trabalhistas são chamados a preservar os interesses mais gerais dos exploradores e pôr toda sua ascendência política entre os explorados a serviço de bloquear a luta de classes.

Constata-se que é uma tarefa insubstituível da vanguarda operária e da juventude oprimida romper com a conciliação de classes e avançar no caminho de erguer um programa que de fato defenda suas condições de vida e projete as lutas - que necessariamente se desenvolverão para enfrentar os ataques dos capitalistas - com os métodos da ação coletiva das massas.

Por essa via é que começará se destacar do seio dos explorados uma vanguarda que poderá avançar à elaboração de um programa proletário para a crise. Somente erguendo o partido marxista-leninista-trotskista é que se avançará à superação das ilusões democráticas, se superará definitivamente o bloqueio histórico dos trabalhistas à independência política do proletariado e se criarão as condições para combater à burguesia no campo da revolução e ditadura proletárias.

que a formação de uma “OTAN” árabe teria por objetivo servir de instrumento a essa ofensiva e para impor um comando militar conjunto às feudais-burguesias que responderia, em última instância, à direção estratégica dos EUA.

Essa seqüência de manobras e medidas políticas, diplomáticas e militares indica que os Estados Unidos se propõem acelerar o processo intervencionista na região e agravar o quadro de guerra comercial. Está aí por que Trump visa ao fortalecimento dos governos regionais que melhor lhe servem de instrumentos - diretos e indiretos - para influir nos rumos da luta pelo controle das rotas comerciais (Mar Vermelho e Estreito de Ormuz) e energéticas (conduto de gás e petróleo) na região, que são vitais para exercer o controle sobre os intercâmbios comerciais mundiais.

As medidas unilaterais tomadas contra o Qatar são parte desses planos. Há meses, foram descobertas gigantescas reservas de gás na fronteira marítima entre o Qatar e o Irã. O Qatar planeja explorar em breve essas jazidas e exportar gás através de um gasoduto que passaria pela Síria e Turquia. O imperialismo norte-americano e a Arábia

Saudita são contrários, uma vez que significaria que a Europa contaria com uma relativa independência em provisões de gás, assim como a Síria e a Turquia. Para o imperialismo e seus subservientes árabes, essas existências energéticas e seu transporte à Europa e ao Oriente Médio devem ser colocados sob o seu controle.



***Arábia Saudita e Israel servem às movimentações contra os regimes da Síria e do Irã. Os recentes acontecimentos mostram que a preparação para a realização desses objetivos se aceleram.***

A medida decretada pela feudal-burguesia árabe visa, portanto, a pôr de joelho o regime qatari diante dos monopólios. Certamente, ao se imporem ao Qatar as condições de exploração, transporte e comercialização dessa estratégica mercadoria, impossibilita-se ao Irã explorar parte dessas riquezas que se acham em seu território marítimo. A militarização do golfo de Omã e do Mar Vermelho tem por fundamento impedir ao regime iraniano desenvolver e fortalecer suas posições estratégicas.

Fechada essa etapa da viagem, Trump compareceu finalmente à reunião do G7. O resultado do encontro foi categórico: nenhum novo acordo comercial foi estabelecido. Ao contrário, Trump ameaçou rejeitar os acordos já alcançados, especialmente os que dizem respeito aos subsídios comerciais e barreiras alfandegárias. Assim, vieram à tona as graves divergências internas.

Segundo Merkel, era a hora da Europa confiar a União Europeia “suas próprias forças”. Para Trump, por sua vez, os Estados Unidos não deviam mais sustentar uma relação comercial como essa que beneficia a Alemanha à custa do déficit e das perdas comerciais norte-americanos.

Na base do agravamento dos atritos interimperialistas, acha-se o aprofundamento da guerra comercial e a luta pelo controle dos mercados e das fontes de matérias primas. É parte desses choques o agravamento das sanções dos Estados Unidos contra a Rússia. A recente declaração do Parlamento dos EUA de que trabalha abertamente por impossibilitar o projeto do gasoduto South-Stream (que levará gás da Rússia até a Europa) constitui um ataque direto à possibilidade da Europa de se independizar do gás e petróleo oferecido pelos norte-americanos e seus subservientes.

O essencial do que temos colocado está em que a burguesia norte-americana pretende determinar a cota de exploração e de mercado de petróleo e gás a seus concorrentes. E criar as condições da retomada do processo de restauração capitalista sob a direção dos Estados Unidos. Não se pode esquecer que

tanto a China quanto a Rússia lutam por manter e ampliar sua influência no Oriente Médio.

A presença econômica e militar da burocracia derivada da época estalinista nessa região é decisiva na hora de poder controlar rotas comerciais e de abastecimentos para suas economias nacionais. Sua expulsão da região, as sanções econômicas e os bloqueios militares contra ambos os países pelo imperialismo constituem parte das movimentações por sua desagregação. O desenvolvimento dessas tendências resulta no agravamento das tendências bélicas. O crescente armamentismo mundial é sintoma claro dessa tendência.

Os marxistas avaliam a política exterior como a continuidade da política interior, embora ajustada a métodos e leis particulares. Não se trata, evidentemente, de que as políticas e meios utilizados por Obama, Trump, Merkel, Abe, Macron ou May sejam antagônicos. Qualquer que seja o governo burguês imperialista terá de expressar os interesses dos monopólios da respectiva potência. O que significa levar à frente uma política exterior que impulsiona a brutal opressão social e nacional. Diante da resistência, o imperialismo se vale do poderio militar. É o que expressou o acordo da democracia imperialista com a monarquia saudita.

A palavra de ordem “América Primeiro” significa, em última instância, que os EUA objetivam abrir caminho a seus interesses passando por cima das relações mundiais estabelecidas e abrindo as fronteiras nacionais a seus monopólios à força. Esses são os sintomas da nova etapa da crise mundial aberta em 2008.

A vanguarda revolucionária mundial deve responder às tendências de desintegração do capitalismo e de barbárie social com o programa da revolução proletária e com os métodos da luta de classes. Trata-se de lutar em nosso país para que o proletariado avance em sua organização independente e se levante como direção da maioria nacional oprimida contra a burguesia brasileira e o imperialismo.

## **8 anos do falecimento de Guilherme Lora**

*No Jornal Massas 543, publicamos a segunda parte do artigo de Guilherme Lora “Tarefa Fundamental: reconstrução da IV Internacional”. Dedicamos a homenagem aos 8 anos de falecimento do trotskista boliviano. Traduzimos, agora, a última parte desse artigo:*

# **A revolução permanente e a lei da economia combinada**

*Guilherme Lora*

Para nós, a revolução social pode ocorrer onde a evolução da consciência de classe atingir um alto nível e não obedece a localização dos países em um determinado meridiano geográfico. Nesta análise política, não nos guiamos por considerações chauvinistas de nenhum tipo. Utilizamos como método o materialismo histórico e consideramos como suas partes integrantes, por exemplo, as contribuições feitas por Trotsky. Referimo-nos, em particular, às teorias da revolução permanente e da economia combinada. Não vamos discutir que o dirigente, junto a Lênin, da Revolução Russa de 1917 e da luta antiestalinista, desenvolveu não poucas ideias anteriormente anunciadas por Marx e outros clássicos do marxismo. O pensamento humano sempre percorre caminhos similares.

## **A revolução permanente**

O marxismo, partindo da análise da economia capitalista mundial, defende que a revolução social e a ditadura do proletariado não podem se dar a não ser como fenômenos mundiais. O socialismo em um só país, apregoado pelo estalinismo, é a negação do marxismo e a fórmula que se utiliza para encobrir a derrota final da revolução social.

Trotsky, seguindo o marxismo clássico, afirma que a revolução em todas as latitudes – incluindo os países atrasados – começa dentro das fronteiras nacionais, em razão do grau de desenvolvimento da consciência da classe operária, que sempre é desigual, mas que inevitavelmente deve se fundir com a revolução internacional. Essa é a única maneira que tem para se fortalecer

e para resolver os problemas que coloca a transformação qualitativa da sociedade. A transformação da revolução nacional em internacional é uma lei que subjaz ao caráter mundial da economia capitalista, que, por isso mesmo, impera em toda parte.

Nos países atrasados – aqueles que se distinguem por não terem superado completamente o pré-capitalismo, ou seja, que não cumpriram as tarefas democrático-burguesas –, a ditadura do proletariado, expressão da nação oprimida, está obrigada a cumprir as tarefas das outras classes sociais e as que lhes são próprias. Certamente, não para permanecer na etapa democrático-burguesa, mas para transformá-las em socialistas, como um período único da ditadura da classe operária. O desenvolvimento do processo revolucionário se conformará de etapas as quais uma se apoia na anterior e a nega. Essa transformação concluirá na sociedade sem classes, isto é, no comunismo, que na perspectiva do desenvolvimento da humanidade será a negação da negação.

## **A lei do desenvolvimento combinado**

A lei mais geral da história consiste no desenvolvimento desigual entre os diversos países e continentes interligados.

Tratando-se dos países atrasados, essa lei universal se concretiza na lei da economia combinada que estabelece a coexistência de diversos modos de produção. Evidentemente que incluindo como predominante o modo de produção capitalista, característica imposta pela economia capitalista que abrange o mundo em seu conjunto.

Não afirmamos que nos países atrasados existem dois ou mais processos de desenvolvimento, senão que um só integrado por diversos modos de produção inter-relacionados dialeticamente.

Por que o capitalismo atua em conjunto, sem ignorar os modos de produção pré-capitalistas? Este fenômeno, estranho e surpreendente para muitos, é consequência da particular refração das leis da economia mundial no contexto socioeconômico de países que não tiveram a possibilidade de dar o salto qualitativo para o capitalismo plenamente desenvolvido, partindo do pré-capitalismo. Não tiveram tempo, nem possibilidades para forjar em suas entranhas uma burguesia revolucionária como se passou em outras latitudes.

No caso concreto da Bolívia, a invasão do capital financeiro, do imperialismo, interessado em explorar as riquezas minerais e, finalmente, em subjugar politicamente o país, o converteu em semicolônia (governo nacional sem soberania). Ao transformar uma pequena parte do país à sua semelhança se viu obrigado, para derrubar os obstáculos que se opunham à sua política colonizadora, a se apoiar na classe dominante semifeudal. Desta maneira, se ergueu como um muro que conteve e repeliu a maioria



***Também nos países atrasados, carentes de um grande desenvolvimento industrial e da democracia burguesa, a classe operária é a negação do imperialismo e de seu serviçal, que é a burguesia interna. A revolução social transformará o atraso em alavanca do progresso ao possibilitar que o país atrasado se apodere em saltos de todos os avanços das metrópoles imperialistas e desbrave o caminho para superar o atraso em todos os aspectos.***

nacional, que procurava ter acesso aos progressos alcançados pela humanidade.

A economia combinada foi uma imposição de fora, como consequência da invasão do capital financeiro, como parte do processo de incorporação do país na economia mundial e da configuração das particularidades nacionais. Particularidades que não tardaram em reagir contra a metrópole opressora, assim que se abriu a perspectiva do proletariado minoritário, convertido na direção da nação oprimida, de realizar a revolução social e caminhar no sentido da substituição da grande propriedade privada dos meios de produção – concentrada nas mãos do imperialismo e burguesia nacional – pela propriedade social. Caminho esse de superação de toda forma de pré-capitalismo e de abertura para a sociedade comunista. Também nos países atrasados, carentes de um grande desenvolvimento industrial e da democracia burguesa, a classe operária é a negação do imperialismo e de seu serviçal, que é a burguesia interna. A revolução social transformará o atraso em alavanca do progresso ao possibilitar que o país atrasado se apodere em saltos de todos os avanços das metrópoles imperialistas e desbrave o caminho para superar o atraso em todos os aspectos. Tudo isso se explica desde que não se esqueça que o país atrasado e sua revolução se move no seio da economia capitalista. A necessidade histórica da revolução e as possibilidades de que possa

superar radicalmente o atraso aparecem ao mesmo tempo em que amadurecem as forças produtivas em escala internacional.

Assinalamos alguns traços da revolução permanente na atrasada Bolívia e que se têm perfilado nos momentos mais importantes da luta de classes, da situação do proletariado que percorreu um bom trecho no desenvolvimento de sua consciência de classe.

Um exemplo ilustrativo. Nos anos 70, aparece no país, graças à participação decisiva do Partido Operário Revolucionário, a Assembleia Popular, organização que proclamou em voz alta sua condição de órgão de poder das massas e de ter concretizado a frente anti-imperialista dirigida pela política revolucionária do proletariado. A Assembleia sabia que devia marchar para a conquista do poder se não quisesse ser esmagada. A direita reacionária antecipou seus movimentos para desfechar seu golpe preventivo de 21 de agosto de 1971. Se se luta pela vitória da revolução social, esta valiosa lição deve ser devidamente assimilada pelo partido bolchevique.

Parece-nos que a IV Internacional não deve ignorar os aspectos acima assinalados.

Janeiro de 1998

(Extraído das Obras Completas, Guillermo Lora, tomo LXV, 1997-2001)

## Assimilando o leninismo

No Jornal Massas, nº 544, expusemos as posições de Lênin expressas no documento “As tarefas do proletariado na atual revolução”, que acabou se popularizando como Teses de Abril. Mostramos que as Teses de Abril foram sintetizadas em 10 pontos. Concluímos assinalando que Lênin reconhecia que as Teses foram escritas às pressas, provavelmente durante a viagem de volta a Rússia, e por isso a questão das tarefas do partido e da Internacional são apenas anunciados. No entanto, o desenvolvimento das Teses de Abril foi feito imediatamente no projeto de plataforma “As tarefas do proletariado em nossa revolução”.



É necessário para melhor compreender o desenvolvimento das análises e das posições de Lênin, que desembocaram no “Projeto de Plataforma do Partido Proletário”, considerar também suas “Cartas sobre tática”, de 8 de abril de 1917. Esse escrito prepara o terreno das divergências com a direção dos bolcheviques, representada por Kamenev. Neste escrito, Lênin responde sobre o que teria mudado para que a antiga fórmula da “ditadura democrática revolucionária do proletariado e do campesinato”, que guiou os bolcheviques até a revolução de fevereiro, fosse considerada ultrapassada. Kamenev era um dos arautos da tese de que a revolução burguesa não havia concluído e, por isso, a luta do proletariado se concentraria em completá-la. O que significava orientar o partido para a não tomada do poder. Ao contrário, Lênin já havia anunciado nas “Cartas de Longe” que a revolução de fevereiro havia transferido o poder da aristocracia monárquica para a burguesia, o que abria uma nova etapa da revolução, que era a luta de classes entre o proletariado e a classe que estava no poder.

Estando distante dos acontecimentos, Lênin não viu a necessidade de pôr de lado a antiga fórmula de poder da “ditadura democrática revolucionária do proletariado e do campesinato”, que correspondia à revolução democrático-burguesa. Mas, em abril, a situação se tornou bem mais visível, uma vez que a política do governo provisório transpareceu os interesses do imperialismo diante da guerra e a reação contra as aspirações dos camponeses. Não apenas este aspecto demonstrava que a revolução burguesa havia concluído. Havia um outro fundamental, a existência dos soviets como um poder paralelo, que pela política dos mencheviques e socialistas revolucionários sustentava o governo burguês. Kamenev atacava Lênin sem compreender que a “ditadura democrática revolucionária do proletariado e do campesinato” havia se materializado nos soviets e que, como tal, já não tinha vigência.

Vejamos essa passagem: *“E a realidade nos mostra o fato de que os deputados, soldados e camponeses livremente eleitos se incorporam livremente ao segundo governo, ao governo paralelo e livremente o reforçam, o desenvolvem e completam. E com igual liberdade entregam o poder à burguesia, feito que de nenhum modo contradiz a teoria marxista, pois sempre subimos e muitas vezes assinalamos que a burguesia se mantém no poder não somente pela força, mas também pela falta de consciência de classe e de organiza-*

*ção, pela rotina e estado de opressão das massas”.*

O segundo governo corresponde aos soviets, que se ergueram como organismos das massas em luta contra a autocracia e concluíram servindo à constituição do primeiro governo, que é o poder da burguesia no Estado. O proletariado ainda não estava em condições de dirigir-se por meio dos soviets à tomada do poder. E os camponeses estavam sob a direção da política pequeno-burguesa e

burguesa. Lênin indicou que Kamenev e seus partidários não conseguiam ver a originalidade do fenômeno, que se manifestava no duplo poder. Tomemos mais essa passagem:

*“Evidentemente, a realidade nos mostra tanto a passagem do poder para as mãos da burguesia (uma revolução democrático-burguesa concluída do tipo corrente), como a existência, junto ao governo legítimo, de um governo paralelo, que representa a ‘ditadura democrática revolucionária do proletariado e do campesinato’. Este ‘segundo governo’ cedeu o mesmo poder à burguesia, se prendeu por si mesmo ao governo burguês”.*

Estava, portanto, esgotada a estratégia da “ditadura democrática revolucionária do proletariado e do campesinato”. Tratava-se da tarefa de separar os camponeses pobres e em luta da política que os prendia ao governo nascido da revolução de fevereiro. Essa era a tarefa que exigia uma tática correspondente ao objetivo de tomar o poder e instaurar o governo operário e camponês, a ditadura do proletariado.

Lênin, na luta por convencer o partido bolchevique da justeza de suas posições e dos erros de Kamenev, se vê obrigado a expor o subjetivismo dos adversários. Detalha o movimento entre as classes, o governo burguês e os soviets, expondo a necessidade de preparar as condições políticas e organizativas para a tomada do poder. Reproduzimos essa última passagem que introduz a “Carta sobre a tática”:

*“O marxismo nos exige uma análise estritamente exata e objetivamente verificável das relações de classe e dos traços concretos próprios de cada momento histórico. Nós, os bolcheviques, sempre procuramos preencher este requisito, absolutamente essencial para dar à política uma base científica”.*

Lênin esclarece que, depois da reunião de 4 de abril de 1917 com os bolcheviques, cujos delegados participariam da Conferência dos Sovietes de deputados operários e soldados de toda a Rússia, Zinoviev pediu que repetisse o mesmo informe em uma reunião que se realizaria entre bolcheviques e mencheviques. As posições desenvolvidas por Lênin expuseram as divergências entre os próprios bolcheviques. Estabeleceu-se que era necessário discuti-las em todo o partido. Deveriam servir de base para a Conferência do partido, que se realizaria em 20 de abril de 1917.

As “Cartas sobre a Tática” acabaram se resumindo a apenas uma, a que comentamos acima. Em seguida, Lênin escreveu “As tarefas do proletariado em nossa revolução” (Projeto de Plataforma do Partido do Proletariado). Serviram para as discussões da Conferência que acabou se realizando, em Petrogrado, entre 24 e 29 de abril de 1917.

*(Extraído das Obras Completas, Lênin, tomo XXIV)*